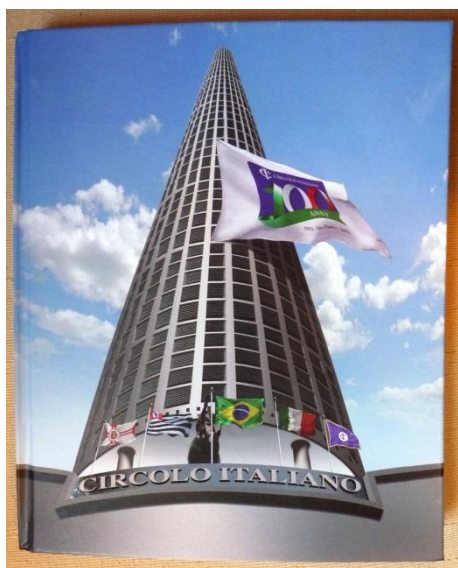


RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Um trajeto significativo na consecução dos objetivos maiores deste trabalho de pesquisa foi já percorrido. Entretanto, apenas a continuidade em um longo período poderá atingir um conhecimento mais abrangente. Ressalte-se aqui que entre os objetivos por assim dizer quantitativos (montagem do Banco de Dados) e os de caráter científico (produção de conhecimento) tem havido perfeita integração: os artigos a seguir transcritos pretendem esclarecer esta intenção.

A expectativa que alimenta o conjunto destes trabalhos é a de que a pesquisa sobre as relações políticas entre a “colônia” italiana estabelecida em São Paulo, na primeira metade do século XX, e os problemas sociais mais amplos por ela enfrentados, possa contribuir para um mais preciso conhecimento sobre o tema dos deslocamentos populacionais e de suas consequências.

"Uma história de integração", no livro *Circolo Italiano: 100 anni*, publicado em Outubro de 2011 e HECKER, A.



SOMMARIO

07 UN MOMENTO MOLTO SPECIALE <small>del Gruppo Capelloni Presidente del Circolo Italiano</small>	40 UBI ITALICUS IBI ITALIA <small>Primo Periodo</small>
CIRCOLO ITALIANO UNA STORIA SECOLARE 13 <small>Gianni La Ferriera Presidente del Circolo Italiano</small>	SECONDA SEDE 47
17 CIRCOLO, UNA POTENTE SOCIETA' <small>Alberto Neri Circolo Generale d'Italia a San Paolo</small>	65 TERZA SEDE PRIMO PERIODO
CIRCOLO UNA PASSIONE PER L'ITALIA 21 <small>Antonio Marzulli Segretario della Camera delle Scienze di San Paolo</small>	TERZA SEDE SECONDO PERIODO 75
25 CENTO ANNI MA NON LI DIMOSTRA! <small>Roberto Fiumi Direttore Il Segretario del Circolo Italiano</small>	76 TERZA SEDE TERZO PERIODO
UNA STORIA DI INTEGRAZIONE E DI SUCCESSO 32 <small>Il Grande Riccio Presidente dell'Università Mackenzie Group</small>	QUARTA SEDE 85
37 GALLERIA DEI PRESIDENTI	94 QUINTA SEDE
	SESTA SEDE 100
	136 DIRETTORI





UMA HISTÓRIA DE INTEGRAÇÃO E SUCESSO

A história das associações italianas no Brasil antecede até mesmo o grande movimento de imigração para o país. A primeira delas foi inaugurada em 1854 na capital do então Império do Brasil. Mas o terreno fértil para a proliferação de sociedades construiu-se no Estado de São Paulo, por razões que vão da constante e crescente ampliação do fluxo de imigrantes, a partir da sétima década do século XIX, à imensa velocidade que a economia do Estado tomou desde este mesmo período. As duas situações estiveram perfeitamente imbricadas: sem o crescimento econômico não haveria grande imigração e, sem ela, faltaríamos braços para o trabalho tanto no campo como nas cidades.

As primeiras associações organizaram-se a partir dos projetos organizacionais trazidos pelos italianos. Juntamente com suas malas e bagagens, isto é, indicavam aspirações de representação regional, dando origem a agrupamentos que correspondiam aos locais de origem na própria Itália.

UNA STORIA DI INTEGRAZIONE E DI SUCCESSO

La storia delle associazioni italiane in Brasile precede lo stesso grande movimento di immigrazione in questo paese. La prima è stata aperta nel 1854 nella allora capitale dell'Impero del Brasile. Ma il terreno fertile per la proliferazione delle società si costruì nello Stato di São Paulo, per motivi che vanno dalla costante e crescente espansione del flusso di immigrati, a partire dagli anni settanta del XIX secolo, alla immensa velocità che l'economia dello Stato ebbe in questo stesso periodo. Le due situazioni furono perfettamente intrecciate: senza la crescita economica non ci sarebbe stata la grande immigrazione, e, senza di essa, sarebbero mancate le braccia per lavorare in campagna o in città.

Le prime associazioni si organizzarono a partire dai progetti politico-culturali portati dagli italiani, insieme con le loro valigie e bagagli, cioè indicavano aspirazioni di rappresentanza regionale, dando luogo a raggruppamenti che corrispondevano ai luoghi di origine nella stessa Italia.

32

Assim, a unificação de toda a península ocorria ao mesmo tempo em que boa parte dos piemonteses, vênnetos, calabreses, sicilianos, puglieses, campânios e outros saíam saudavelmente de seus "países". Assim é que no início do século XX quase uma centena de sociedades existiam no Estado, dando espaço e oportunidade para uma fértil sociabilidade da qual não estavam excluídos os próprios brasileiros, fomentando deste modo uma história de sucesso integracional muito saliente. Associações de beneficência, musicais, educacionais, estavam presentes ao lado de outras de caráter esportivo.

São Paulo foi o Estado brasileiro que abrigou o maior número de imigrantes italianos, considerando o período todo de vinda em massa destes estrangeiros ao país, isto é, desde a sétima década do século XIX, até posteriormente à Segunda Grande Guerra. Para explicar estes grandes números devemos considerar, além das razões acima mencionadas, as providências incentivadoras tomadas pelo Estado, pois, entre 1896 e 1907, São Paulo foi o único Estado a adotar medidas de atração de imigrantes. Assim ocorreu que, entre 1877 e 1900, a época de maior afluxo de italianos para o país, estima-se que aproximadamente 60% destes viviam no Estado de São Paulo.

Dopo tutto, l'unificazione dell'intero peninsula si sarebbe verificata nello stesso tempo che gran parte dei piemontesi, veneti, calabresi, siciliani, pugliesi, campani e altri lasciavano malinconicamente i loro "paesi". Così, malinconicamente i loro "paesi". Così, nel primo Novecento quasi un centinaio di società esistevano nello Stato, dando spazio e occasione per una feconda sociabilità dalla quale non erano esclusi gli stessi brasiliani, promuovendo così una storia di successo integrazionale molto prominente. Associazioni di beneficenza, musicali, didattiche, erano presenti insieme ad altre di carattere sportivo.

São Paulo è stato lo Stato brasiliano che ha ospitato il maggior numero di immigrati italiani, considerando l'intero periodo di arrivo in massa di questi stranieri nel nostro paese, cioè dal 1870 fino a dopo la Seconda Guerra Mondiale. Per spiegare questi grandi numeri si devono considerare, oltre alle ragioni sopra citate, tutte le misure incentivatrici prese dallo Stato, quindi, tra il 1896 e il 1907, São Paulo è stato l'unico Stato a fornire misure per attirare gli immigrati. Fu così che, tra il 1877 e il 1900, l'epoca di maggiore afflusso di italiani nel paese, circa il 60% vennero a São Paulo.

33

De todos os estrangeiros entrados nesta cidade da Federação, entre 1885 e 1934 2.333.217 pessoas -, os italianos eram 929.802, ou seja cerca de 40% do total. A Cidade de São Paulo, em pouco tempo transformou-se de pequeno centro regional numa capital cosmopolita, na qual os estrangeiros perfaziam 60% de sua população. Ito em 1890, ano para o qual não se dispõe de uma efetiva avaliação do número de italianos na cidade. Porém é sabido que em 1920, os italianos significavam 35% da população da cidade e numa cifra redonda contavam 600 mil habitantes. Já era então possível ver traços de italianidade por todas as partes.

Como eloquente exemplo desta pujança populacional, lembre-se que em 1924, Giuseppe Martinelli deu início à construção de um prédio num grande terreno na então área mais nobre da Capital, que atingiria 30 andares e se tornaria um cartão postal da cidade. Nas obras trabalhavam mais de 600 operários e 90 artesãos especializados, sendo a grande maioria conterrânea do empreendedo.

Di tutti gli stranieri arrivati in questa area della Federazione, tra il 1885 e il 1934 cioè 2.333.217 persone - gli italiani erano 929.802, ovvero circa il 40% del totale. La Città di São Paulo, in poco tempo, si trasformò da un piccolo centro regionale in una capitale cosmopolita, in cui gli stranieri rappresentavano il 60% della sua popolazione. Questo è stato nel 1890, anno di cui non c'è una efficace valutazione del numero di italiani in città. Tuttavia è noto che nel 1920, gli italiani erano il 35% della popolazione della città e in una cifra rotonda erano 600.000 abitanti. Era così già possibile vedere le tracce dello spirito italiano in tutte le parti.

Come eloquente esempio di questa forza populazionale, si ricordi che, nel 1924, Giuseppe Martinelli iniziò la costruzione di un edificio in una grande terreno nell'allora area più nobile della Capitale, che avrebbe raggiunto 30 piani e sarebbe diventato una cartolina della città. Nelle opere lavoravano più di 600 lavoratori e 90 artigiani specializzati, di cui la smagoranza maggioranza conterranea dell'imprenditore.

Empresários e trabalhadores braçais, passando por artesãos refinados, empregados de escritório, vendedores de imóveis, enfim, considerando os mais variados tipos de ocupações exercidas pelos italianos, e a conseqüente posição social desfrutada no seio da comunidade, estava de acordo sobre participar da vida societária, dando origem a sociedades as mais diversas.

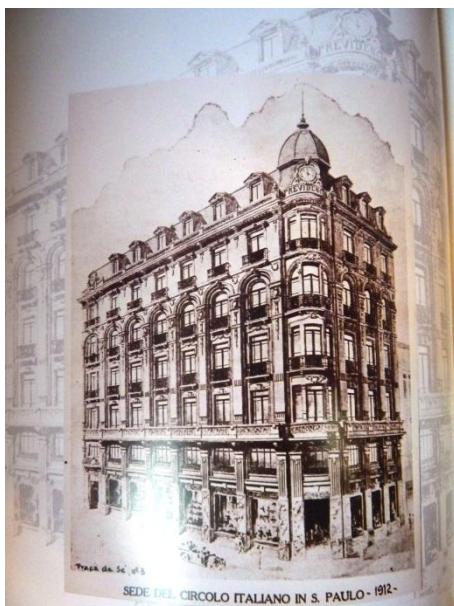
O nascimento do Circolo Italiano de São Paulo foi uma tentativa de romper estas divisões regionais e fundar um espaço comum, italiano, de convivência. Quando naquela importante noite de 13 de abril de 1911, na casa dos irmãos Berti reuniram-se, sobretudo, indivíduos da elite da italianità do Estado, buscando uma idéia de integração constantemente consolidada. Desde o primeiro endereço do Circolo, até a magnífica sede desfrutada na Avenida Ipiranga, a associação tem prestado seu maior serviço à história dos italo-brasileiros de São Paulo, qual seja o de sempre representá-los como um todo capaz de constituir uma ponte segura entre a cultura italiana e a comunidade aqui residente.

Frederico Alexandre Hecker é professor da Universidade Mackenzie/Unesp

Imprenditori e operai, attraverso raffinati artigiani, impiegati, venditori, infine, considerando tutti i tipi di occupazioni esercitate dagli italiani, e il conseguente carattere sociale di cui godevano all'interno della comunità, facevano parte di un accordo sulla vita aziendale, dando luogo alle più diverse società.

La nascita del Circolo Italiano di São Paulo fu un tentativo di rompere queste divisioni regionali e fondare uno spazio comune di convivialità italiana. Fu in quella importante notte del 13 aprile 1911, presso la casa dei fratelli Berti, che si riunirono, in particolare, gli individui dell'élite della italianità dello Stato, alla ricerca di un senso di integrazione sempre più consolidata. Dal primo indirizzo del Circolo, fino alla magnifica sede dell'Avenida São Luis, l'associazione ha fornito il suo più grande servizio alla storia degli italo-brasiliani a São Paulo, provando così che era possibile rappresentarli nel loro complesso in grado di fornire un ponte sicuro tra la cultura italiana e la comunità qui residente.

Frederico Alexandre Hecker è professore dell'Università Mackenzie/Unesp



Transcrevem-se aqui os outros dois trabalhos cuja redação foi concluída, porém aguardam publicação.

O primeiro artigo tenta construir as bases sobre as quais os conceitos de república, socialismo e democracia se desenvolveram, entrelaçados, na modernidade, e apresenta a relação entre nascimento do pensamento socialista em São Paulo e as propostas de militantes italianos: do movimento socialista na República Velha, incentivado pela colônia italiana, à formação da Esquerda Democrática (1945) e seu sucedâneo PSB, Partido Socialista Brasileiro (1947).

O SOCIALISMO EM SÃO PAULO: RAÍZES REPUBLICANAS E ORIGENS ITALO-BRASILEIRAS.

O presente artigo pretende apresentar-se como uma correlação entre o conceito de república presente na cultura política ocidental na primeira metade do século XX, no Brasil, e a circulação das ideias socialistas propostas para a solução de problemas brasileiros advindos de uma complexa formação social, na qual a imigração italiana exerceu papel preponderante. A própria formulação de princípios básicos para o pensamento de esquerda foi tributária do diálogo entre intelectuais nacionais e imigrados.

O Brasil dos anos imediatamente posteriores ao término da segunda Grande Guerra viveu uma importante expectativa de mudanças, que permitiu aos militantes socialistas sonharem com a reorganização da sociedade em moldes menos injustos para a maioria da população. A fim de refletir sobre o futuro que então se descortinava e tornar exequível a ampliação da cidadania almejada, o pensamento brasileiro de esquerda procurou valer-se do repertório conceitual que lhe pareceu mais adequado. Assim, deu lugar a um sistema de ideias interdependentes que reuniu princípios republicanos, desejos socialistas e

modo de agir democrático. Este construto cimentou o patamar sobre o qual se desenvolveu o debate político brasileiro das décadas seguintes.

Alternâncias conceituais: república, democracia, socialismo.

A república moderna e as ideias socialistas (re)nasceram juntas na passagem do século XVIII ao XIX, com a era das revoluções¹. Como campo fértil de ação ética, ambos os projetos assumiram princípios sociais similares ao que Kant denominava o *imperativo categórico*, adaptando-o à questão política da reorganização dos Estados. Em diversos países ocidentais, os governantes nascidos das revoluções burguesas, então em curso, passaram a ter de considerar a participação direta ou indireta da crescente massa das populações. Assim, no trato das coisas públicas, restou definitivamente conjugada ao individualismo burguês a máxima “faça aos outros aquilo que gostaria que lhe fizessem”. Por isso, a exigência de universalizar a própria conduta nas conjecturas sobre a humanidade tornou-se o patamar conceitual a partir do qual pensadores e ativistas políticos procuraram construir soluções para a “questão social” nascida da dupla revolução, econômica e política, que marcou o desenvolvimento das ideias sociais nos dois séculos subsequentes.

Tomado de maneira genérica, o objetivo dos republicanos no XIX foi institucionalizar o ideário da Revolução Francesa, no sentido de abolir os privilégios do absolutismo e dos grupos sociais que o apoiavam. República, então, representou principalmente satisfazer os interesses dos empreendedores e das elites, adaptando a política à crescente penetração do capitalismo em todas as relações sociais. Desta forma, Liberalismo era o ideário oficial e os projetos republicanos nele estacionaram, elevando o individualismo à política de Estado. Coube às aspirações socialistas incitar o pensamento político para mais além, isto é, proceder à retomada da relação igualdade/liberdade no patamar das

¹ Erik Hobsbawm chamou seu livro sobre o período de *The Age of revolution: Europe 1789-1848*. Londres, Wendenfeld and Nicolson, 1962.

comunidades.² Cidadania, para os diversos projetos socialistas que então passaram a ser propostos, não se deveria restringir à representação por meio de parlamentos, nem limitar-se ao exercício do voto, como parece ter sido a essência do conceito de república nos seus primórdios modernos.

Embora também muitos teóricos do republicanismo procurassem amenizar as injustiças sociais decorrentes da implantação do capitalismo, foram os socialistas – no nível das propostas – aqueles que atualizaram o sonho de liberdade social e econômica para uma época de crescimento da produção industrial e das trocas universais. Solidariedade, coletivismo, mutualismo, associacionismo, cooperativismo, comunismo etc., tornaram-se termos/bandeiras dos diversos projetos socialistas.

Aos republicanos radicais corresponderam tentativas de amenizar as iniquidades do capitalismo, sem no entanto colocar em risco o sistema delas gerador. Exemplo destas moções foi a afirmação de Clemanceau, em 1876: “Nós, republicanos radicais, queremos a república por causa de seus resultados: as grandes e fundamentais *reformas sociais* às quais ela conduz. Nossa proposta é completar a grande metamorfose de 1789, iniciada pela burguesia francesa, mas abandonada antes de sua conclusão”.³ Não obstante algumas dessas manifestações terem de fato frequentado a cultura política republicana, o divisor de águas entre republicanos radicais e socialistas seguiu sendo, ao longo dos séculos XIX e XX, a questão que se resume na díade *reforma ou revolução*. Embora cada um destes termos admitam miríades de acepções diferentes e até mesmo contraditórias entre si, coube aos socialismos ousarem refazer o conceito burguês de individualidade para submeter as suas construções ideológicas ao que eles próprios passaram a denominar uma adequada relação entre igualdade e liberdade social.

² BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

³ CLEMANCEAU, G. Apud BELLAMY, R. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1994. p. 119. Grifo de nossa autoria.

Remontando à tentativa clássica de definir positivamente o conceito de República, isto é, por exemplo, ao verbete da *Enciclopédia* de Diderot e d’Alambert, percebe-se que a questão era ali situada de maneira ambígua e restava imprecisa a “vocação” igualitária do republicanismo: república era então apresentada como “forma de governo pela qual o povo como um todo, ou uma parte dele, possui o poder soberano... Quando na república o povo como um todo possui o poder soberano há uma democracia”.⁴ Depreende-se deste documento que a república, de forma não-intrínseca, reivindicaria a distribuição do poder igualitariamente, mas transferiria ao exercício de seus princípios a consecução do objetivo, promovendo a (re)entrada em cena do conceito de democracia. Em decorrência, entendia-se democracia – como ainda hoje pode-se fazê-lo - por um método e não por um conteúdo final. Tanto é assim que Sartori afirmou ser a democracia apenas um nome pomposo de alguma coisa que não existe, procurando esclarecer que justamente não existem conteúdos fechados para o conceito, porque é o movimento e a trajetória que a ele correspondem inerentemente.⁵

De forma ampla, porém imprecisa, é bem verdade, pode-se afirmar que para os pensadores socialistas dos séculos XIX e XX - ditos científicos, utópicos, reformistas ou liberais – o projeto republicano apareceu como tendo separado objetivos e fins. E, justamente, caberia às suas muitas vezes ousadas teorias a promoção da fusão dos *dois planos* da política em uma única construção social. Seu objeto teórico constituiu-se em tentativas constantes de buscar a finitude de um processo perpetuamente inacabado. Eis aí, também, o cerne do benfazejo mito socialista.

Nesse aspecto, qual seja, o da fusão dos *dois planos* da política, é preciso considerar também dois momentos diversos na longa história das ideias socialistas durante a modernidade, e recordar o corte epistêmico provocado, no

⁴ *Artículos políticos de la ‘Enciclopedia’. D. Diderot e J. Le R. d’Alambert.* Selección, Tradición y estudio preliminar de R. Soriano y A. Porras. Madrid, Editorial Tecnos, 1992. p. 186

⁵ SARTORI, G. *Democracia: cosa è.* Milano, Rizzoli, 2006.

início do século XX, pela releitura do marxismo promovida por Eduard Bernstein⁶. No movimento socialista precedente à primeira Grande Guerra a visão prevalecente das reformas sociais era a de que elas fossem apenas expedientes temporários destinados a aliviar as condições de existência das massas oprimidas pelo árduo trabalho, até que uma crise tão catastrófica quanto inevitável projetasse a ordem social numa órbita nova e socialista. Após os anos 20, sobretudo depois da segunda Grande Guerra, em quase todas as áreas do pensamento autodefinidas como socialistas, incluindo até mesmo os ortodoxos bolcheviques, as reformas sociais passaram a ser vistas como elementos do socialismo – modestos ou significativos, dependendo da origem socialista da interpretação - a serem introduzidos no interior do capitalismo. Para muitos, a ampliação dessas reformas e a extensão de seus efeitos poderiam apontar para o momento em que o capitalismo deixaria de existir.

Foi o socialista francês Jean Jaurès quem aduziu a metáfora mais elucidativa desse traslado conceitual. Ele observou que a passagem para o socialismo seria sentida da mesma forma que os navegantes "perceberiam" a ultrapassagem de uma linha demarcatória de hemisfério. Pouco a pouco, sem notar nenhum sinal evidente, tal como uma corda estendida no mar.

Assim, retomando a correlação acima apontada entre república, democracia e socialismo, pode-se conjecturar a respeito de uma aproximação entre o conceito de democracia e o socialismo, os dois projetos apontando mais para um processo do que para um fim. Até mesmo a nomenclatura adotada para os fenômenos socialistas ganhava um termo síntese: socialdemocracia. O lema bernsteiniano - "para o socialismo o movimento é tudo, o objetivo final é nada" - passou a se constituir no vade-mécum, na chave das novas teorizações e dos procedimentos socialistas em diversas conjunturas nascidas com a sensação de liberdade conquistada pelo final da segunda Grande Guerra. Mesmo sem abrir

⁶ Entre 1896 e 1899, Bernstein publicou diversos artigos sobre a questão que foram originalmente reunidos em livro sob o título *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da socialdemocracia*. No Brasil, a "recente" publicação de Jorge Zahar tomou o título de *Socialismo Evolucionário* (1997)

mão completamente do conceito de revolução – ou seja, da proposta de adequar igualdade e liberdade num patamar não-formalista, como o projeto republicano clássico propunha, no nível da declaração, os socialismos passaram a se reconhecer como variáveis do processo democrático.

Propostas socialistas para a República no Brasil⁷.

Escrevendo em 1940, para explicar a proclamação da república, ocorrida 51 anos antes, o historiador José Maria Bello, não sem laivos de amargura e desilusão, observou como característica nacional intrínseca a instabilidade na condução dos objetivos políticos a serem alcançados pelo país. Dizia ele,

“desde a Independência, o Brasil tenta descobrir o seu destino ou o sentido da sua vida; fartando-se depressa das experiências iniciadas entre entusiasmos ruidosos e messianismos ingênuos, entrega-se facilmente a novas tentativas”.⁸

Talvez ainda hoje o país esteja procurando o “sentido da sua vida”, mas certamente não está sozinho no planeta a buscar sua identidade – o que de resto é uma boutade para salientar a efemeridade do conceito de identidade. De toda a forma, aquela expressão de pessimismo nacional do autor vinha recompor a lembrança ainda muito viva da frustração da instituição de uma república que, em várias de suas facetas, pareceu-se com o regime imperial anteriormente estabelecido, ou dele foi uma continuação pouco alterada. A própria base social do republicanismo, ainda antes de 1889, embora fosse constituída em boa parte por profissionais liberais, militares e intelectuais bem postos na nova urbanidade da segunda metade do século XIX, teve seu núcleo de poder fundamental numa

⁷ República era um conceito ambíguo mesmo para os “país fundadores” da primeira grande república moderna, os EUA; no Brasil, pelo menos, no que se refere aos anos 1889 a 1930, a república assumiu diferentes significados e simbologias. Sobre a questão ver CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. S. Paulo, Cia das Letras, 1990, cap. 1, “Utopias republicanas”.

⁸História de República. Rio, Cia. Editora Nacional, 1940, p. 1

elite pouco disposta a redistribuir indistintamente o poder político entre os habitantes do país: tratava-se do

“movimento republicano conservador nas províncias, (que teve) como maior expressão o Partido Republicano Paulista, fundado em 1873. Os quadros do PRP provinham majoritariamente da burguesia cafeeira. O ponto fundamental do programa do partido consistia na defesa da federação, ou seja, de um modelo de organização política para o país em que as unidades básicas são as províncias... Os republicanos de São Paulo convenceram-se de que o Império seria incompatível com a autonomia provincial.”⁹

Assim, a República brasileira expressou, até 1930, exclusivamente o interesse de oligarquias regionais que aspiravam liberdade de ação em relação ao poder central, e não representou qualquer ideia que se aproximasse do conceito de república como “forma de governo em que o Estado se constitui de modo a atender o interesse geral dos cidadãos”.¹⁰

Propostas Socialistas dos italianos de São Paulo

Durante a década de 1920, diversas propostas de tipo socialista, tentando promover alterações no andamento da República, emanaram dos intelectuais italianos radicados em São Paulo, tendo como pano de fundo a ascensão das ideias fascistas no seio da colônia. Para muitos a violência banalizava-se como proposta de ação política e, aos fascistas como a alguns socialistas e a todos os comunistas, ocorria propor uma tomada violenta do poder nos Estados. De forma ideológica todos estes apuravam-se na disputa dos corações e mentes de operários e camponeses, mas quanto à metodologia, para oferecer-lhes uma possível redenção dos problemas de carestia e contenção, não havia disputa: concordavam com a violência insurrecional. À direita e à esquerda ofereciam-se

⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. S. Paulo, Edusp, 1995, p. 228.

¹⁰ Primeira acepção do verbete república, do Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2009.

ocasiões para exercícios de belicismo. À última, apresentavam-se as ideias da vitoriosa Revolução Russa que se alastravam pelo mundo capitalista como rastilho aceso.

Entretanto nem todos os socialistas aderiram a essas empreitadas. No próprio teatro de operações russo, que havia dado ao mundo um “clarão... tão grandioso, tão intenso e duradouro”, conforme afirmara Gramsci, muitas eram as vozes dissidentes. Uma das mais evidentes manifestações de discordância para com métodos antidemocráticos e antipacifistas foi a de Pavel Akselrod, militante socialista russo fundador do periódico *Iskra* e companheiro dos bolcheviques nas primeiras horas do período de implantação do regime soviético. Para ele os bolcheviques não apenas usavam a violência como meio de atingir o poder, mas para mantê-lo:

“O fato de entender a razão de ser do bolchevismo e as causas que provocaram o seu aparecimento no cenário histórico não me levam a esquecer de forma nenhuma este outro fato, isto é, o de que os bolcheviques conquistaram o poder enganando da forma mais grosseira e ignóbil as massas proletárias e os soldados, servindo-se da demagogia mais baixa e criminosa, e que eles mantêm o poder, de um lado transformando certos elementos do povo em seus pretorianos, corrompendo-os e fazendo deles uma classe privilegiada, intimamente ligada à ditadura soviética, assim como a classe dos senhores, a velha burocracia privilegiada e a casta militar o eram sob o regime czarista; e por outro lado, recorrendo a sistemas terroristas, a métodos inauditos de arbitrariedade e reprimindo cruelmente as menores manifestações de descontentamento provenientes da grande maioria da massa popular e da oposição socialista...”¹¹

Essas questões chegavam ao Brasil quase momentaneamente graças às conexões estabelecidas entre as militâncias, que aqui mantinham veículos de comunicação e vias de contato com o movimento operário internacional. Tal

¹¹ Observation sur la tactique des socialistes dans la lutte contre le bolchevisme, Paris, 1921.

circularidade permitiu aos socialistas reformistas de São Paulo manifestarem sua oposição decidida ao autoritarismo e à violência presentes na Revolução Russa. Antonio Piccarolo, em nome do grupo reformista, acusou logo no início de 1918 as “loucuras” que ocorriam na Rússia. Da mesma forma, ou ainda mais direta e inequivocamente os socialistas de São Paulo procuraram denunciar as primeiras manifestações da cultura política fascista na Itália.

É bem verdade que o antifascismo dos militantes italianos radicados em São Paulo, durante a década de 20, continha uma proposta moderada de conquista da democracia nas relações de trabalho e por isso mesmo ao criticar o fascismo buscou privilegiar uma explicação moral para o terremoto que tomou conta da Itália. Inicialmente acreditavam que as instituições liberais impediriam a ascensão do fascismo, imaginando que qualquer revolução seria impossível naquelas plagas. Tanto foi assim sua expectativa numa evolução nos moldes de um progresso linear que não souberam explicar o fenômeno quando da sua ocorrência. Debitaram ao acaso o sucesso da Marcha sobre Roma liderada por Mussolini, em 28 de outubro de 1922:

"[na Itália) depois das inevitáveis desordens do pós-guerra, as coisas andavam se acalmando por lei natural, como ocorre com a água após a tempestade..."¹²

Piccarolo – através do jornal *La Difesa*, dirigido por ele e posteriormente por Francesco Frola¹³ - e seus companheiros censuravam no fascismo exatamente aquelas características que fugiam ao âmbito do método liberal de governo, de modo a deixar evidente que suas críticas continham menos teor socialista específico do que o caráter moderado do reformismo. Assim, feria a estes não-radicais sobretudo a violência dos fasci, a tendência do Duce em absorver muitos poderes, o desrespeito pela constituição do Estado. Respondendo ao discurso proferido por Mussolini diante do parlamento italiano

¹² La Rivista Coloniale, 31.03.1918 (São Paulo)

¹³ conforme prontuário do DEOPS, APESP nº 152

ao ser empossado como primeiro ministro, os socialistas de São Paulo observaram que

"o discurso de Mussolini foi ... um verdadeiro golpe de Estado... Com aquele ato, o deputado Mussolini suprimia a constituição pois se sobrepunha a ela. Não abolia o parlamento porque não achava necessário ... e os poltrões (como o próprio Mussolini chama os deputados)... renunciavam aos seus mandatos, as suas prerrogativas... faziam humilhantes homenagens ao ditador, concedendo-lhe plenos poderes... Compreendo perfeitamente a ditadura em um estado de guerra. Eu a teria compreendido se legalmente proclamada em 1919, quando os bolcheviques, ocupando as fabricas, ameaçavam a ordem do país. Mas não agora, depois que os bolcheviques foram completamente dispersados e os poucos comunistas remanescentes pensam apenas em manter-se vivos, ou se contentam em ir a Moscou fazer votos para que daqui a cinco anos todo mundo seja bolchevista! Hoje, francamente, a ditadura não tem qualquer sombra de justificação."¹⁴

Foi parte integrante do *modus faciendi* fascista a adoção de uma desenfreada demagogia, apoiada em métodos publicitários de provada eficácia. Tendo atraído para suas fileiras uma significativa massa populacional, o fascismo diferenciava-se dos regimes autoritários e conservadores clássicos, pois propunha algo de novo que aparecia como revolução republicana. Esse caráter plebeu e rebelde, revolucionário – num momento em que a situação italiana estava ainda potencialmente aberta a outras saídas que não àquela da transformação do governo Mussolini em regime fascista - constituiu-se em elemento essencial para se entender a primeira oposição dos antifascistas que tinham em Piccarolo e Frola a sua liderança.

Dois projetos autoritários

¹⁴ La Rivista Coloniale, nov-dez/1922 (São Paulo)

A possibilidade de que o fascismo viesse a se constituir numa continuidade revolucionária do comunismo foi aventada pelo antifascismo em São Paulo, e colocou os socialistas reformistas na decisiva oposição. O seu combate antifascista foi claramente sequência do perigo que anteriormente tinham enunciado em relação à bolchevização da Itália e de suas “colônias”. Para os socialistas em questão, numa análise que de certa forma apontava para uma vertente crítica que somente mais tarde conquistaria respeito intelectual entre as esquerdas internacionais, esses regimes – tanto o comunismo como o fascismo - significavam uma "vitória da violência sobre a razão". Não se tratava somente de estabelecer analogias, "mas de uma verdadeira e própria identidade", como afirmou Piccarolo em seu jornal.

Na verdade, os socialistas reconheciam nos líderes fascistas os mesmos homens que no biênio-vermelho dirigiram o proletariado, apresentando um conhecimento preciso da convivência entre socialistas radicais e os primeiros fascistas, como acima foi apontado. Em maio de 1923, Ottavio Dinale¹⁵ esteve em São Paulo, enviado pelo regime fascista para promover a ampliação da seção local do fascio italiano, recém-inaugurada. *La Difesa* criticou o seu revolucionarismo:

"o sr. Dinale... foi por muitos anos socialista revolucionário, intransigente, diante do qual Turati, Prampolini, Treves eram... reacionários. Mais tarde transformou-se em sindicalista e foi um dos que nas planícies baixas paduanas organizou greves e greves, sempre dando a estas greves um direcionamento essencialmente revolucionário, ensinando que somente com a ação direta, isto é, com a violência, e que se chega a obter algo. Foi sob a direção do sr. Dinale e companheiros seus que se iniciou o sistema de sabotagem no campo, que se caçaram animais nos estábulos ... que se destruíram os cereais maduros e prontos para colheita."¹⁶

¹⁵ Prontuário DEOPS OND, Opera Nazionale Dopolavoro n° 12354

¹⁶ *La Difesa*, 02.06.1923

No contato com autoridades ou intelectuais brasileiros, os ideólogos socialista-reformistas também procuraram demonstrar aquela identidade. Em 1925, visando corrigir a afirmação feita pelo senador paulista Salles Junior, que representava o Brasil numa conferência interparlamentar ocorrida na Itália, segundo o qual fascismo e comunismo eram contrários, *La Difesa* observava: "Não é assim, ilustre doutor... na realidade os dois grupos que apresentam maiores afinidades na Itália são os fascistas e os comunistas, não sendo raro o caso de se poder ler nos jornais fascistas calorosos elogios ao partido comunista e à sua conduta." Posteriormente, fazendo confusão entre os Sindicalistas Revolucionários e os comunistas, num período em que essas posições ideológicas apresentavam-se aparentemente confusas, especificava a correlação estendendo-a a boa parte dos aliados de Mussolini: "Em 1919, os atuais dirigentes do fascismo formavam a vanguarda do bolchevismo."

No que concerne à análise da correlação entre bolchevismo e fascismo, os socialistas-reformistas enfatizavam o método em detrimento do conteúdo, a fim de que a morfologia do Estado republicano liberal-democrático fosse ressaltada como elemento oposto aqueles dois sistemas:

"o que importa, se em termos de finalidade divergem bolchevismo e fascismo? se um pretende tentar formas novas de organização social e outro, ao contrario, quer retomar o passado? se um é inovador e o outro reacionário? No fundo, mesmo em termos de finalidade eles buscam o triunfo de uma classe, e a divergência esta toda na classe que pretendem fazer triunfar. Para os partidos políticos a verdadeira característica, a verdadeira essência, mais do que no programa, esta no método ... [Há apenas dois métodos: conteúdo um, que pretende educar o povo para governar-se a si mesmo: a democracia. o outro método, que submete o povo ao domínio de um só, ou de poucos indivíduos: a autocracia monárquica ou oligárquica."¹⁷

¹⁷ La Difesa 13.09.1927

Além da questão internacional que premia os socialistas para o levantamento de conjecturas sobre a sugerida promiscuidade entre comunismo e fascismo, havia razões locais que os pressionavam para denunciar as mazelas do autoritarismo que se instalava no poder na Itália. É que aqui, sobretudo em São Paulo, todas as instituições da “colônia” começavam a cair nas mãos dos adeptos de Mussolini. Uma a uma, no correr da década de 20, as entidades italianas públicas ou privadas restaram envolvidas. Fosse por ação institucional oficial, via consulados ou criação de fascios locais; fosse pela adesão de antigas associações fundadas para congregar imigrantes; fosse pela ação de jornalistas, diretamente financiados por dinheiro vindo do exterior, ou sinceramente convictos da “revolução” fascista e reprodutores do programa de propaganda imperial enviado da Itália, enfim, quase unanimemente os italianos do Brasil pareciam tornar-se fascistas.

Era preciso reagir veementemente e denunciar a política hipócrita do fascismo, que cortejava os trabalhadores “fomentando a revolta”, mas em seguida colocava-se "a serviço dos grandes capitalistas" promovendo uma caça aos radicais, seus antigos aliados. Na Itália, o fascismo pusera-se à “disposição de um imoral grupo de novos ricos... que havia explorado a grande catástrofe em benefício próprio."

Com acuidade, os socialistas reformistas de São Paulo além de procurarem desvendar o caráter de classe do fascismo - isto é sua ligação com interesses burgueses mais exploradores - definiam o seu sucesso por meio do uso demagógico do nacionalismo e alertavam para o belicismo como caráter intrínseco do movimento.

Todo o esforço para desmascarar o fascismo seria em vão caso os socialistas de São Paulo não conseguissem reunir todas as forças contrárias àquelas ações arbitrárias. Assim pensavam as lideranças reunidas no La Difesa, e por isso exortavam, no manifesto-programa publicado no primeiro número daquele jornal, os antifascistas a se reunirem, a superarem as diferenças

construídas nas décadas de história no Brasil, a passarem "uma esponja no passado". O objetivo comum dos grupos de esquerda, a manutenção do Estado de direito como reduto último da ação política viável, deveria prevalecer, pois

"toda a divisão, toda a luta que não seja esta, unida, significaria um delito... Impeçamos que a seita nefasta venha a contaminar a nossa colônia... É chegado o momento no qual todos os homens livres e amantes da liberdade devem enlaçar-se num único feixe e unir os seus esforços para defender aquele patrimônio de liberdade que nossos pais souberam conquistar através de séculos de lutas, sacrifícios e martírios. A Itália, nossa querida pátria, a doce terra que viu nascer o país de mais antiga tradição de liberdade, a mãe do direito e da civilização, a mestra do mundo moderno, foi lançada nas trevas da Idade Média, e uma seita de energúmenos ameaça transformar numa ruína todas as conquistas e todas as instituições liberais que honram o país."¹⁸

Uma tão ampla aliança entre intelectuais e militantes de diferentes correntes políticas, que congregasse socialistas, republicanos, sindicalistas revolucionários, anarquistas, ganharia concretude e eficácia suficiente para atingir o objetivo metodológico necessário ao projeto comum, isto é, a "educação cívica dos italianos" aqui radicados. Enquanto o Estado de direito restava como objetivo a ser alcançado, a tarefa prática, digamos metodológica, dos antifascistas de São Paulo era promover esta educação cívica, política. O que na visão dos dirigentes de *La Difesa* significava manter o núcleo mínimo, republicano, das conquistas alcançadas com o Risorgimento, pois elas apontavam para um poder constituído "pelo povo e para o povo".

Para desenvolver esta "batalha sagrada" os antifascistas de São Paulo viram-se obrigados a agir efetivamente sobre a "colônia" italiana, dando vida a uma série de instituições. O primeiro passo após a criação do jornal acima identificado, constituíram, em fins de 1925, uma *Unione Democratica*. Como

¹⁸ *La Difesa*, 07.04.1923.

tarefas imediatas, a associação obrigava-se a dar representação política aos italianos que se consideravam prejudicados pela política oficial do seu Estado e por seus representantes consulares, além de oferecer proteção, através de um Comitê de Defesa Cotidiana, contra os ultrajes consignados pelo "fascio" local, que representava o Partido Nacional Fascista.

No início de 1926, uma assembleia geral da Unione Democratica decidira aderir a Lega Italiana dei Diritti dell'Uomo, fundada em Paris, em 1922, como seção local da francesa Ligue des Droits de l'Homme. Essa LIDU, que fora a primeira instituição suprapartidária dos antifascistas da Itália e tinha, entre seus objetivos, organizar um núcleo de propaganda em cada país de emigração, concentrava expoentes de vários agrupamentos, tais como socialdemocratas, socialistas, maçons, o grupo de Carlo Rosselli (Giustizia e Libertà), liberais, anarquistas, etc. Para o congresso de Bruxelas da LIDU o representante "brasileiro" escolhido pela Unione Democratica foi Alceste de Ambris, numa evidente indicação de que os conflitos entre ele e Piccarolo estavam superados pela existência de um inimigo maior. Corroborando o processo de aliança de forças diversas, em novembro de 1927, foi constituída em São Paulo uma segunda instituição, a Concentração Antifascista, como seção regional de outra organização com origem também no antifascismo em Paris .

Durante o ano de 1928, o fortalecimento numérico da secção local da LIDU foi tão significativo que mereceu elogios do presidente internacional da organização, Luigi Campolonghi, aos antifascistas de São Paulo. Entretanto, os fascistas locais seguiam obtendo sucesso na conquista de instituições "coloniais" e ousavam mesmo realizar observações e avaliações sobre lances da política nacional.

O perigo denunciado pelos socialistas se apresentava pelo extravasamento do fascismo para além da "colônia", envolvendo interesses particularmente brasileiros e tomando proporções inalcançáveis. O acontecimentos indicavam a procedência das preocupações. Em 25 de setembro de 1928, estudantes de São

Paulo empastelaram um jornal da “colônia” que havia aderido abertamente à avalanche fascista, *Il Piccolo*, depois de uma polêmica em que até mesmo a "dignidade da mulher brasileira" esteve em pauta. Isto é, o vice-cônsul italiano em São Paulo declarara, através das páginas daquele jornal, que, aqui, as mulheres estavam prestes a entregar-se a comportamentos lascivos e constituíam-se em presas fáceis para os galanteadores. Da polêmica tomou parte o sóbrio *O Estado de S. Paulo*, que não estabeleceu clara separação entre os diferentes veículos da "colônia" italiana, condenando-os todos. Dizia que "esses jornais invertem constantemente os papéis. Eles não fazem cerimônia alguma em discutir nossas questões nacionais. Partem, porém, sempre do princípio de que não devemos atacar o que lhes parece bom, quando é feito por seus compatriotas... De fato, nosso empenho máximo é absorver os imigrantes, incorporando-os a nossa nação. Esses jornais estrangeiros se fundam, porém, precisamente para o contrário: para dificultar a sua incorporação, para mantê-los ligados a pátria de origem e separá-los de nós. Quando isto é feito só por um apelo a saudade e a tradição, embora ainda assim seja um trabalho contra nós, e admissível. Agora, porém, estamos assistindo a tentativa de jornais estrangeiros que vem 'organizar' as colônias estrangeiras para impedi-las de se incorporarem ao Brasil. E isto é de uma gravidade extrema.”¹⁹

Raciocínios como esses levavam os socialistas a insistir na diferenciação entre fascistas e antifascistas, e a iniciar uma verdadeira campanha de "conscientização" da opinião pública brasileira, inclusive apresentando seus argumentos na língua portuguesa, a fim de tornarem-se mais eficientes. A ideia central era provar que “a Itália e o fascismo não são a mesma coisa... e que milhões de italianos, os melhores, os mais cultos, os mais honestos, estão longe da terra natal... lutando para tornar a própria Pátria livre”.²⁰

¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 04.010.1928, artigo assinado por Medeiros e Albuquerque.

²⁰ *Il Risorgimento*, 16.05.1928

Mas esses socialistas que se autoavaliavam como os “melhores”, tinham consciência de que apenas argumentos defensivos teriam pouca influência para a formação de uma opinião favorável ao antifascismo. Neste sentido, procuraram apresentar maiores e mais profundas consequências para os interesses nacionais, anunciando a possível ocorrência de tragédias iminentes para os brasileiros. De toda a forma, as conjecturas de Il Risorgimento não se constituíam em disparates:

"o fascismo procura através de uma exaltação artificiosa do espírito de nacionalidade... lançar a Itália numa aventura bélica... É o Império que se quer erigir. Quando? Como? Onde? Já está fixada ate mesmo a data: 1935. Nessa época a Itália se encontraria em condições de desafiar o mundo." E para onde poderia dirigir-se este imperialismo, se "na bacia do Mediterrâneo é impossível", e se a "Ásia Menor esta muito povoada?" perguntava-se. E respondia imediatamente: "as esperanças do imperialismo itálico se voltarão para a América Latina."²¹

Assim, indignados pelos "absurdos propostos pelo Duce" e pela "megalomania fascista", que afinal de contas obtinha sucesso em setores importantes da "colônia", os antifascistas deram asas à imaginação e chegaram a imaginar um esquema fascista de possível invasão italiana no Brasil.

Estas ameaças diretamente relacionadas ao território brasileiro não se realizaram. Não porque fosse absurda, afinal tantos disparates efetivaram-se nos anos seguintes que conheceram a Segunda Grande Guerra. Mas, a Itália de Mussolini não procurou, ou não encontrou ocasião para incorporar nações sul-americanas. Entretanto, a análise antifascista prefigurou claramente a maneira de operação do fascismo e apontou a boa parte da intelectualidade brasileira o caminho de uma oposição veemente.

²¹ Il Risorgimento, 01.07.1928

É lícito observar que, se o conhecimento pode começar com a experiência, ele não deriva logicamente dela, e assim pode-se conjecturar que a experiência teórica de socialistas democráticos tenha plantado raízes importantes em terras brasileiras. Juntamente com outras considerações que identificam o interesse das sociedades contemporâneas pela democracia, deve-se observar o legado de sensibilidade interpretativa da política que restou da sua atuação naqueles conturbados anos 20. Afinal, identificar promiscuidade nas relações de fascistas e socialistas radicais, denunciar modelos de comportamento de lideranças populares, enfrentar o consenso estabelecido... redundou em prejuízos políticos evidentes aos agentes destas moções. Não obstante, contribuíram para marcar posição no secular debate travado no interior dos movimentos sociais: a questão sobre os meios e os fins do poder. Foi neste período que o lema “democracia antes, durante e depois” consolidou-se como aspiração indispensável e implantou-se no Brasil, embora não seja consensual até nossos dias.

Essas lutas deixaram um legado de intransigente oposição contra os pseudobenefícios da implantação de um superestado, muitas vezes desejado pela incultura dos não iniciados nas lides políticas ou pelas artimanhas de intelectuais autoritários.

Propostas republicanas no período Vargas

Nos períodos posteriores o que se viu foi o arrefecimento da importância direta das propostas dos italianos socialistas de São Paulo e a entrada no cenário político das massas de população resultantes do crescimento econômico e da aceleração da urbanização. A questão da democracia discutida largamente, porém, havia deixado lastro. Outras situações passaram a ocorrer, mas o diálogo forçado pela ascensão do fascismo permaneceria presente. Agora, internamente.

De forma peculiar e própria da conjuntura histórica vivida pelo Brasil – que no momento não cabe aprofundar - tratava-se de processo semelhante ao experimentado por países europeus a partir de meados do século anterior. Por

isso, a instituição da Era Vargas, adiante referida, promoveu de forma idiossincrática e por vezes contraditória, ao custo de experiências autoritárias, a participação popular no processo político.

Entretanto, foi no período imediatamente posterior à segunda Grande Guerra, que a sociedade brasileira sacudiu o jugo ao qual esteve submetida pela ditadura varguista e conheceu uma atmosfera de otimismo alimentada pela aparente possibilidade de usufruir da liberdade mundialmente conquistada com a derrota dos fascismos. Era um tempo de esperanças. Vivendo em meio a essas expectativas e concomitantemente dialogando com as várias propostas europeias de esquerda em marcha até aqueles dias, um pequeno, mas decidido grupo de intelectuais socialistas brasileiros, muitos deles alunos de professores como Antonio Piccarolo e herdeiros de suas propostas políticas, organizou-se em partido, em outubro de 1945. Tratava-se da Esquerda Democrática (ED), que em 1947 assumiria o nome de Partido Socialista Brasileiro (PSB)²² e iria dar curso aos debates e reflexões do movimento socialista ocidental procurando adaptá-los à realidade brasileira, que então – sob a influência dos novos tempos - tomava o caminho da redemocratização após a citada ditadura filo-fascista de Getúlio Vargas.

A denominada Era Vargas já foi entendida equivocadamente como um período em que as condições do trabalho sofreram melhoras significativas por conta da boa vontade dos governantes, sobretudo do próprio presidente Getúlio Vargas que teria paternalisticamente ofertado ao povo brasileiro uma “legislação trabalhista”. Entretanto - por decidida e penosa ação dos diversos segmentos históricos do movimento dos trabalhadores, além de correspondência com o projeto político representado pelas elites empresariais que ascenderam com a Revolução de 1930 - constituiu-se todo um arcabouço legislativo previdenciário e trabalhista que de fato caracterizaram nova acomodação dos interesses de

²² a biblioteca de A. Piccarolo constituiu a base dos livros disponíveis na sede deste partido em São Paulo, e a tomar pelo depoimento de Fúlvio Abramo, prestado ao autor, como verossímil, foram estes livros que “fizeram a cabeça dos nossos principais militantes”.

classes no país e significaram melhorias para o setor urbano das classes trabalhadoras.

Passaram a funcionar no país novas instituições como o Ministério do Trabalho (1930), leis sobre o trabalho foram consolidadas (CLT, 1943), estabeleceu-se oficialmente um sindicalismo controlado e subvencionado pelo Estado, Institutos de Pensão e Aposentadoria foram criados.²³ Com a redemocratização posterior ao fim da guerra estas “conquistas” foram preservadas sem que suas características corporativas fossem eliminadas, mas acrescentaram-se de forma sobreposta alguns direitos civis e políticos tais como a liberdade de formação de partidos e a retomada do processo eleitoral. Os trabalhadores embora não pudessem desfrutar abertamente de direitos, conseguiam então lutar contra os limites impostos pelo Estado à sua liberdade de organização. O jogo democrático até então sufocado passa a ser admitido a contragosto de diversos setores da elite civil e militar até então dominante.

Tendo este panorama como pano de fundo, jovens intelectuais socialistas²⁴ reunidos, sobretudo, na cidade de São Paulo, que desde a década de 20 do século tornara-se um centro de produção e circulação cultural dos mais ativos no país, passaram a refletir e propor soluções políticas sistematizadas para a conquista de uma cidadania brasileira ativa e participativa.

Um rico debate em torno dos deveres e direitos republicanos, em relação aos projetos de socialismo, estabeleceu-se entre aqueles futuros organizadores do Partido Socialista no Brasil. É justamente esta questão que aparece contemplada nos documentos a seguir analisados, os quais tinham como escopo dar forma e ao mesmo tempo criar uma estrutura básica de ação para sustentar

²³ Para análise das lutas pela cidadania dos trabalhadores no período republicano, ver LUCA, Tânia R. de. “Direitos sociais no Brasil”. In: PINSKI, J. e BASSANEZI, C. (orgs.). *História da cidadania*. S. Paulo, Contexto, 2003.

²⁴ Entre os jovens intelectuais que animaram o socialismo em S. Paulo, nos anos da década de 1940 e 50, estavam: Paulo Emílio Salles Gomes – que exercia uma certa liderança em relação aos demais - Antônio Cândido de Melo e Souza, Febus Gikovate, Aziz Simão, Fúlvio Abramo, Antônio Costa Corrêa, Germinal Feijó, Aristides Lobo, Wilson Rahal, Cid Franco, Lourival Gomes Machado. Eles constituíram a efêmera UDS, União Democrática Socialista, antes de criarem a Esquerda Democrática, em meados de 1945.

um projeto socialista devidamente adaptado à conjuntura nacional. As ações futuras do Partido Socialista Brasileiro encontraram nesses primeiros debates um referencial privilegiado.

O texto denominado "Plataforma da nova geração"²⁵, declaração de princípios de autoria de Paulo Emílio Salles Gomes ocupa um papel pioneiro e paradigmático. A "Plataforma" pretendeu recolocar o marxismo num patamar, ao mesmo tempo, nacional e aberto à sociedade multifacetada vigente. Tentou abraçar uma dialética que até então servira para reproduzir modelos estranhos ao país. Ou, como observa Décio de Almeida Prado, que vivenciou a repercussão desse documento, tratava-se de tentar conciliar dois movimentos muito fortes nos anos 20 e 30: o modernismo e o marxismo.

"A dificuldade, diz Almeida Prado, na prática, é que eles não possuíam as mesmas raízes e não exprimiam a mesma filosofia. Se o marxismo vinculava-se ao racionalismo, ao cientificismo, tendendo à disciplina social e a uma concepção puritana da vida, o modernismo, em sua primeira versão brasileira, não desdenhava nem o lúdico, 'o poema-piada', nem a irresponsabilidade perante tudo que não seja arte do hermetismo, nem o ilógico, o inconsciente, o mágico, o mítico. Um pregava o coletivismo, organizando-se sobre tal base, o outro só com extremo sacrifício livrava-se do individualismo... Os dois proclamavam-se antiburgueses, mas em sentidos diversos..."²⁶

Essa ambiguidade, Paulo Emílio e depois com mais intensidade e com mais atividade prática, os socialistas democráticos carregaram consigo durante décadas. É a mesma ambiguidade que concentrou em si toda a história do socialismo democrático em São Paulo. Expressou-se através dos seguintes pares antinômicos: intelectual-popular, nacionalista-internacionalista, revolucionário-

²⁵ Divulgada a partir de uma edição com o mesmo nome, publicada pela Livraria do Globo de P. Alegre, em 1945, e organizada por Mário Neme; Apud: CALIL, C.A. e MACHADO, M.T. (orgs) *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente*. S.Paulo, Brasiliense, 1986. p. 86 e sequin.

²⁶"Paulo Emílio quando Jovem", Apud: CALIL, C.A. e MACHADO, M.T. op. cit.

reformista, partido político-movimento social, luta de classes-harmonia de interesses, esquerda-democracia.

As ideias expressas inicialmente por Paulo Emílio e depois desenvolvidas pelo grupo, servem como modelo para entender o socialismo democrático do período. Apesar de certa discrepância havida entre as duas maiores seções do Partido Socialista, São Paulo e a direção nacional localizada no Rio de Janeiro, é possível pensar aquele socialismo brasileiro como um todo. No entanto, não cabe anular as diferentes concepções ou as peculiaridades de formação dos principais militantes de cada um desses centros. Enquanto, do Rio de Janeiro, João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, políticos experimentados, primavam por adotar um comportamento modulado pela cultura jurídica liberal, temperada de um lado pelo trabalhismo e por outro pelo republicanismo nos moldes de Ruy Barbosa (de quem Mangabeira fora fiel orientando e seguidor), os jovens intelectuais paulistas marcados por embates da esquerda, partidária ou estudantil, mas sem experiência parlamentar, embasavam seu pensamento - mais teórico do que prático-político - em leituras marxistas.

Entretanto, foi possível construir uma unidade sob a preeminência do núcleo paulista. Quer dizer, mesmo partindo de diferentes concepções políticas, o PSB pode construir nacionalmente uma unidade de pensamento porque teve como elemento catalisador o veio doutrinário inicialmente manifestado por Paulo Emílio e o grupo da União Democrática Socialista (UDS):

"O percurso dos fundadores da UDS foi o de marxistas que se deixaram penetrar por uma ampla preocupação democrática, o que não era comum na esquerda da época... O núcleo paulista veio a desempenhar papel central na definição mais explícita dos fundamentos doutrinários do Partido da ED e na sua transformação em Partido Socialista".²⁷

²⁷VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem, Palesa, 1995.

Os caminhos propostos, socialistas-democráticos-liberais-republicanos, foram inusitados,²⁸ pois ainda no período o Brasil primava por adotar

"uma mentalidade senhorial, mentalidade que não vai embora, nem com a imigração, nem com a invasão de coisas e atitudes novas. Ela permanece firme, agarrada, mostrando que o brasileiro tem incrustado na alma um modo de ser oligárquico inconsciente, que se definiu a partir da relação senhor/escravo e vai contaminando as sucessivas elites, das mais variadas origens."²⁹

Os documentos ditos fundadores dessa nova “mentalidade” socialista não dogmática no Brasil funcionaram justamente como uma combinação entre a teoria política geral, originária do marxismo e de suas revisões, e tendências do pensamento político local, oferecendo uma síntese nova que se desdobraria, não homogeneamente, nas propostas apresentadas pelo PSB, ao longo da República instituída pela Carta Magna de 1946. Assim foram tratados problemas como a organização dos trabalhadores urbanos, a questão agrária, a valorização das instituições políticas democráticas indelevelmente aliadas à expansão dos benefícios econômicos a todos os membros da sociedade.

Na "Plataforma da nova geração", logo ao início do texto, cuidava-se de entender a questão primordial para traçar o caminho das mudanças culturais do período posterior à Revolução de 30: isto é, a maneira de ser "de esquerda". Para muitos de seus contemporâneos a questão não existia, pois só havia uma forma de ser: a comunista. Ou dizendo da forma poética-mítica típica daquele momento: “o clarão que vinha do oriente deveria iluminar a todos como um batismo de luz”. Mas para Paulo Emílio e seus companheiros do Grupo Radical

²⁸ Esse ineditismo deixou alguns analistas da época sem saber onde localizar o Partido. Ver A. A. de Melo Franco, em *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. S.Paulo, Alfa-Ômega, 1974. 2ªed., p.90

²⁹CÂNDIDO, Antônio. "Sérgio, o radical", in: *Sérgio Buarque de Holanda, Vida e Obra*. S.Paulo, Sec. da Cultura/USP, 1988. p.63

de Ação Popular (GRAP) e da UDS³⁰, a questão posta daquela forma, tornava-se dogmática:

"De maneira que lá por 33-34, qualquer sentimento renovador mais enérgico levava logo à ideia de Rússia. Os jovens intelectuais que desejavam uma coisa mais séria do que simplesmente ter simpatia, passavam da ideia de Rússia à de Terceira Internacional e daí à Juventude e ao Partido Comunista ilegal, ou como membro militante ou então, o caso mais frequente, agindo com uma maior liberdade dentro da esfera de influência da seção brasileira. Em contato com esses meios, o jovem intelectual passa a participar ainda mais intensamente de uma atmosfera de devoção pela Rússia, pela significação histórica no passado, no presente e no futuro. Havia mesmo, não formulada conscientemente, a crença na significação eterna da Rússia. Era religião".

No entanto, a crise mundial que acompanhou a Grande Guerra e a agressão nazista à Rússia teriam vindo reacender esta chama em alguns, fazendo anular um relativo espírito crítico construído na relação entre ditadura interna de Getúlio e luta externa pela democracia. Mas nem todos os intelectuais da nova geração, no início dos anos 40, caíram nessa armadilha ideológica, pois ocorreria uma subdivisão entre os jovens militantes:

"Para o caso de alguns, o renascimento do amor pela Rússia os fez voltar exatamente ao estado de dez anos atrás... Outros encontraram plena satisfação naquilo que em literatura política ficou convencionado chamar-se trotskismo. Mas é cada vez maior o número dos que assumem uma posição nova. Esta posição nova ainda não está delineada e completada em todos os seus detalhes. De uma maneira geral é uma tendência a não considerar mais a Rússia como um ponto de referência fundamental e, como consequência, não mais dar importância à tradição dos organismos dela dependentes."

³⁰ Sobre a atuação do PSB desde sua fundação em 1947 até sua extinção em 1965 e sobre as instituições e militantes que se agregaram para a sua formação, consultar HECKER, A. *Socialismo sociável: a história da esquerda democrática em São Paulo*. S. Paulo, Ed. da Unesp, 1998.

A "Plataforma", desta maneira, estava por pronunciar não apenas uma nova geração, mas um novo mundo. Só que não sabia qual. Este era o custo necessário para o pensamento tornar-se mais livre e criativo, justamente não saber para onde ir: parecia-lhe impossível reconhecer a posição nova "ainda não delineada e completada". No plano teórico isto significava "encontrar no arsenal marxista os instrumentos exemplares para o conhecimento... (porém promovendo) uma tentativa de revisão progressista do marxismo".

"A Plataforma" somava a esta novidade teórica uma preocupação fundamental com os problemas da república brasileira. Via como necessário o estudo desses problemas "devido à extrema pobreza do Brasil em matéria de ideias". Interessar-se por questões internas não lhe parecia voltar atrás, valorizar uma ideia passadista, pois um novo nacionalismo poderia estar nascendo. Não só no Brasil, mas mundialmente. Paulo Emílio aproveitava-se do marxismo clássico para provar essa sua tese: a Revolução de 17 fora sucesso do internacionalismo; a defesa da Rússia na guerra, resultado do nacionalismo. Uma nova síntese estava se processando, não com a volta do internacionalismo, mas o desenvolvimento de um "neo-nacionalismo". Na verdade essa estrutura lógica foi também a base do raciocínio que fez todo o conjunto dos socialistas democráticos pensarem, nessa mesma época, num amalgama entre capitalismo e comunismo, resultando em um novo socialismo.

Antes mesmo de escrever "A Plataforma", sob a influência da conjuntura do final da guerra e da abertura do regime Vargas, Paulo Emílio e seus companheiros do GRAP, no auge do Estado Novo, haviam produzido uma interpretação da conjuntura intitulada "Comentário". O trabalho havia sido publicado na Revista *Clima*, de abril de 1943, e nele estavam presentes em embrião as ideias de "A Plataforma". O texto³¹ trazia consigo o gérmen da proposta socialista nova, que seria apurada posteriormente em "A Plataforma". Ali estava claramente delineado o conceito de democracia como

³¹Apud: CALIL, C.A. e MACHADO, M.T. op. cit. p. 78.

imprevisibilidade em relação ao futuro, afastando a dogmática determinista da vida social e política.

No "Comentário" a questão aparece assim colocada:

"A nossa posição crítica em relação à ortodoxia marxista e às suas habituais expressões políticas provocou, de uma maneira geral, reações sadias. É claro que os espíritos presos à rigidez da nova escolástica recebem sempre com desconfiança a expressão de um não conformismo. Aquelas raras pessoas que julgam a crítica dos dogmas das internacionais históricas como um trabalho intelectual nefasto às perspectivas humanas abertas pela causa defendida pelas Nações Unidas, aquelas que acreditam que o se pôr em cheque as verdades envelhecidas redundaria automaticamente no reforçamento das possibilidades fascistas - essas pessoas, que pretendem forjar as verdades inéditas do futuro com as noções gastas do passado, essas pessoas, é claro, não podem nos aceitar".

Tecendo observações sobre o "Comentário", Antônio Cândido³² afirmou que a importância da publicação deveu-se a três razões: primeiro, porque partia do princípio de que as posições progressistas poderiam se unir, já que representavam "a corrente positiva da civilização do Ocidente a partir do cristianismo, exprimindo-se pela busca da igualdade e da liberdade sob diversas formas, que animam as variedades da democracia e do socialismo". Havia no ar uma grande esperança, a de "que no pós-guerra os dois princípios pudessem harmonizar-se". Em segundo lugar, porque pregava o fim do internacionalismo. O "Comentário" sugeria que se repensasse a "luta pela liberdade e a igualdade em termos de cada nação". Estaria encerrado o ciclo das Internacionais comunistas ou socialistas. Em terceiro lugar, porque afirmava que o "marxismo era componente fundamental na busca desta nova posição, mas que a sua fase ortodoxa e dogmática estava ultrapassada; daí a necessidade de adaptá-lo em sentido aberto".

³² "O militante..." op. cit. p. 59 e 60

Harmonização do capitalismo e do socialismo e fim do internacionalismo excludente através de um marxismo humanizado: estas as bandeiras inquebrantáveis do também novo socialismo. Isto significou a perda de um socialismo, mas por outro lado, o encontro de outro. (Como é contemporânea a questão!, permita-se observar).

O campo estava, então, demarcado. Como se viu, ao "Comentário", seguiu-se "A Plataforma", mais explícita e objetiva, sugerindo modos de pensar diretamente o Brasil. Restava politizar, inserir as diretrizes numa prática que considerasse a luta interna e sua viabilização em termos de sociedade e Estado. Restava consignar uma declaração de ação político-partidária e fixar as reivindicações. Esta foi o "Manifesto da União Democrática Socialista - UDS", que estabeleceu o comportamento a ser seguido pela Esquerda Democrática e seu segmento oficial, o Partido Socialista Brasileiro.

O Manifesto da UDS dedicava seu texto "Ao povo brasileiro. Aos trabalhadores da cidade e dos campos. À mocidade das fábricas e das escolas". Uma dedicatória que, dada a história de vida da maioria de seus subscritores poderia ser lida às avessas. Isto é, em primeiro lugar à "mocidade das escolas", de onde provinham fazia pouco dez³³ entre os 14 signatários. Os quatro restantes eram: Elisa Romero, uma economista que prestava serviços a pequenas indústrias da capital, e portanto tinha ensejo de se relacionar com operários; Luiz Lobato, operário propriamente, que acompanhou os lances seguintes da história dos socialistas democráticos quase como único representante da classe operária e por isso foi tratado com muito carinho, com desvelo mesmo; Paulo Zingg, jornalista. O único político com experiência de cargos públicos era Jacinto Carvalho Leal, que havia sido vereador e prefeito em Jacareí. Os trabalhadores da cidade e dos campos evocados faziam-se presentes mediante suas imagens, por representação simbólica.

³³ Antônio Cândido de Mello e Souza, Antônio Costa Corrêa, Germinal Feijó, Israel Dias Novais, Benedito Barbosa, Celso Galvão, Carlos Engel, Rômulo Fonseca, Paulo Emílio e Renato Sampaio Coelho.

A redação do "Manifesto" subdividia os assuntos em quatro partes: Introdução, UDS, Programa político-social e Reivindicações imediatas. Na Introdução, espécie de resumo crítico das diretrizes até então adotadas por outras agremiações políticas e pelas classes dirigentes, o pensamento dos autores apresentava-se bem ao estilo marxista, através da clássica teoria das classes. Assim, o "Manifesto" analisava a pequena-burguesia, a classe média, o proletariado nacional e os trabalhadores da terra. Suas observações caminhavam no sentido de unificar a todos, procurando reconhecer a posição de inferioridade de cada setor com relação à "oligarquia reacionária e retrógrada", a camada até então dominante no Brasil. Além desse traço de dependência, ainda outro estaria na origem da posição comum àquelas camadas: a ausência de democracia para elas, pois esta "só existia para as camadas mais favorecidas da população". Enfim, uma república para poucos. Dependência e ausência de democracia completavam-se para explicar os grandes males nacionais. Em decorrência disso a sociedade jamais conseguira unidade interna suficiente para construir uma identidade política.

O "Manifesto" situava cada uma das classes sociais brasileiras "não privilegiadas". A dependência aparecia, então, como questão maior mesmo quando os não privilegiados mostravam sua indignação:

"A pequena burguesia urbana nunca teve um partido político que encarnasse e defendesse seus interesses econômicos e sociais sufocados pela máquina governamental dos clãs conservadores... Essa debilidade política... (sempre se deveu) à instabilidade da classe média no quadro social. Chamada historicamente, no Brasil, a desempenhar um papel revolucionário... (até então a classe média) foi incapaz de desarticular sozinha as poderosas máquinas eleitorais e governamentais dessas oligarquias... e não pode encontrar meios de afirmação política independente."

Mas ausência de democracia, repressão mesmo, havia sido desfechada principalmente contra os trabalhadores: "De 1889 a 1930, o proletariado

industrial lutou arduamente por um regime democrático e melhoria de suas condições econômicas e sociais". E apesar da solidariedade operária acentuar-se durante a República Velha, e terem os operários participado "ativamente das agitações que precederam a revolução de outubro de 30", a repressão impedira uma atuação unificada e eficiente. Assim, "as oligarquias trataram de impedir o acesso do proletariado às liberdades democráticas e o desenvolvimento da sua força política, perseguindo os seus partidos de classe, policiando os seus sindicatos..."

Com relação aos trabalhadores da terra, a ausência de democracia agira a favor da manutenção de condições sociais alienantes:

"A dispersão geográfica com a conseqüente falta de espírito associativo, a ignorância, a falta de saúde, o baixo nível econômico e certas peculiaridades de formação histórica do país nunca permitiram que os milhões de caboclos tivessem noção precisa dos seus problemas sociais e dos meios de resolvê-los politicamente e muito menos partidos capazes de orientá-los".

De um modo geral, o "Manifesto" situava a questão da ausência de um regime político republicano que abrangesse a toda a população brasileira: dependente da oligarquia, sem democracia, "o povo" brasileiro não construíra até então a identidade política. Os partidos políticos existentes até aquele momento, que tentavam representar a oposição à oligarquia, haviam sido inconsistentes. Os tenentistas deram origem a organizações "imprecisas e efêmeras"; os comunistas, equivocados, promoveram atos "de desespero... (tentando) atalhar o avanço do fascismo... (mas só obtiveram a perda) dos direitos políticos..."

Entretanto, ficava implícito no "Manifesto" que, apesar dos limites, a situação poderia mudar, a partir de 1945, pois a UDS pretendia promover uma aliança democrática de esquerdas:

"Hoje, quando chegamos ao momento de arregimentação partidária das várias tendências e correntes de opinião política, esses elementos esquerdistas

que integravam o movimento de resistência dos moços, em conjunto com operários, jornalistas, comerciários e estudantes que ainda não militaram nos tradicionais partidos de esquerda ou que deles desejam afastar-se por discordarem das suas posições políticas atuais e dos seus sectarismo e divisionismo facciosos, resolvem lançar a União Democrática Socialista... Visamos... formar um agrupamento independente, no seio do movimento proletário brasileiro... (que, posteriormente, se transformara) em um amplo partido de base popular e de âmbito nacional".

Dessa maneira, a ausência de unidade e de democracia de ampla base, ganhava um instrumento de realização que as tornariam possíveis. A UDS seria o caminho necessário para colocar o Brasil no nível de progresso mundial: "... o socialismo não só é possível na sociedade contemporânea como também é necessário para que a humanidade possa ter uma continuidade progressista".

Nesse sentido, o projeto nascido entre jovens intelectuais brasileiros não apenas buscava encaminhar as "massas populares no sentido de uma democracia sem classes", mas resolver o secular problema do atraso nacional brasileiro constituindo um regime republicano abrangente e integrador. Tratava-se, enfim, de projetar a modernização do país. Entretanto, tributários do marxismo clássico, atribuíam ao proletariado – expressão a qual recorriam sem identificar claramente seu conteúdo - uma missão regeneradora:

"O proletariado terá, como força mais consequentemente democrática que é, um papel decisivo, aliando-se a forças políticas representativas das massas rurais e da pequena burguesia urbana igualmente interessadas na efetiva democratização do país. Para que se processe esse desenvolvimento, porém, torna-se necessário que se realizem modificações substanciais no panorama econômico, político e social do Brasil, como a luta contra o imperialismo e outras medidas de caráter progressista".

A luta pelo desenvolvimento sob os auspícios do proletariado debater-se-ia logo de início contra o imperialismo, e nesse caso o texto trazia sugestões de

prioridades: começar pela reforma agrária e do Estado. Mas o "Manifesto", em sua parte final, apresentava todo um conjunto de reivindicações abarcando itens tradicionais das pautas de exigências da esquerda ocidental. Tratava-se de lutar pela "destruição da ditadura e anulação da carta de 1937"; pela "liberdade de imprensa, reunião, associação"; pela "liberdade e autonomia dos sindicatos"; pela "aplicação eficiente da legislação trabalhista"; por "ajustamento dos salários ao custo de vida"; por previdência social, habitação, ensino e saúde gratuitos, cooperativismo, entre outras reivindicações.

Principalmente, ao Partido que se estava criando e a seus membros, caberia lutar "pela educação política da classe operária, destinada a desenvolver as transformações econômicas e sociais em sentido socialista". Entretanto, ao final do texto reafirmavam que além da classe operária, outro sujeito fundamental da transformação se constituía na preparação educacional da classe média para que também ela participasse efetivamente do processo de formação de quadros políticos da nova geração.

Portanto, o veículo da mudança, nas palavras dos jovens socialistas, estava na educação, na transmissão das ideias, no trabalho dos intelectuais. Diferentemente do que poderia ser o primeiro impulso, não se deve atribuir à juventude e à ingenuidade destes militantes, moços e sinceros, a escolha de uma razão "romântica" para a mudança. É conveniente observar que a tendência à valorização da educação e do papel político do intelectual, permaneceu durante toda a história do socialismo democrático, não apenas em São Paulo, mas no PSB em geral. A escolha desse vetor – a educação - para o incentivo à formação de uma sociedade de cidadãos aproximava aqueles militantes do princípios liberais-republicanos clássicos.³⁴

Enfim, a análise das reflexões apresentadas pelo "Manifesto" permite entender o desenho ideológico traçado pelos militantes da UDS para recompor o

³⁴ A propósito, consultar: BELLAMY, R. "Liberalismo e modernidade: capitalismo, racionalidade, burocracia e socialismo", In: Liberalismo e sociedade moderna. S.Paulo, Ed. Unesp, 1996.

edifício social brasileiro em termos de uma república democrática na qual o socialismo desempenhasse o papel essencial de elemento aglutinador. O socialismo deveria ser o instrumento para romper a dependência e a ausência de democracia; isto significaria progresso em geral, afastamento do atraso secular a que o país estava amarrado, satisfazendo, ao mesmo tempo, toda a população: daí união nacional; mas quem, qual o agente dessa genérica modernização? Sem convicção, o "Manifesto" reelegia o proletariado para a tarefa. Por que sem convicção? Porque o motor da história para esses socialistas democráticos, que como vimos debatiam-se em binômios dilemáticos, era a informação e a compreensão, acessíveis genericamente às pessoas - e não às classes, as suas lutas - através da educação política. Promover a educação geral, política, econômica, cultural etc. do povo brasileiro, eis o grande desafio socialista daquele momento. E nesse sentido eles não faziam mais do que seguir os passos dados por seus bisavós, os por assim dizer socialistas utópicos, para quem também o caminho pacífico da educação ou tão somente a divulgação de suas ideias fraternais, seria suficiente para fazer a história mudar.³⁵

Desse modo, estavam propondo um tipo de socialismo, construindo um Brasil imaginário que resolveria seus problemas através da cultura. No fim das contas, era a sua própria imagem que viam refletida no futuro, isto é, a imagem de intelectuais (muitos dos quais professores) em busca de fazer política. O que talvez não concebesses, era que não apenas estavam se desviando do marxismo ortodoxo, então hegemônico na esquerda brasileira, mas deitando por terra um dos mais caros princípios teóricos do marxismo, a ponto de desfigurá-lo: o de que não são as ideias que movem o mundo.

A Esquerda Democrática, cuja vida formal iniciou-se a partir de 24 de agosto de 1945, e o Partido Socialista Brasileiro que a sucedeu, repisariam os pontos fundamentais dos três citados documentos, numa espécie de continuidade

³⁵ RUSS, J. *O Socialismo Utópico* S.Paulo, M.Fontes, 1991), defende a tese de que a única forma de socialismo sobrevivente é a utópica.

tácita, não obstante sua dimensão e abrangência extrapolassem em muito o raio de influência dos jovens intelectuais paulistas. Entretanto, a semente estava plantada. Aquelas instituições reviveram a mesma busca da unidade nacional contra o dito atraso, o mesmo otimismo com as mudanças do mundo como base do republicanismo-democrático, a educação como veículo das transformações, o socialismo formando um binômio com o progresso.

Em seu *Manifesto de Fundação* a Esquerda Democrática, defendendo um projeto de socialismo no qual a questão econômica cumpria o papel central, não esqueceria de propor a reorganização de toda a sociedade de forma a tornar harmônico o funcionamento dos poderes republicanos no Brasil:

“Não foram os postulados da democracia que motivaram a crise do nosso tempo, pois não são próprias dela nem as desigualdades sociais, nem o antagonismo de interesse entre as classes. Desigualdades e antagonismos decorrem, isto sim, do liberalismo econômico que pleiteamos transformar, em nome mesmo do ideal democrático... (A ED) sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção... (Defende) a industrialização e desenvolvimento das forças produtivas do país, abrindo perspectivas ao trabalhador e ao emprego de capital por iniciativa particular, tendo em vista a libertação da economia nacional das formas de exploração colonizadora”.³⁶

Tratava-se de entrar na posse da direção dos meios de produção social não para deles “apenas” conquistar a redistribuição da renda e, portanto, de melhores condições de vida para a população, mas promover a defesa de serviços públicos para atingir garantias estatutárias republicanas (ou já seriam socialistas?) a todos os membros da sociedade. O paradigma de um tal posicionamento seria o

³⁶Manifesto inaugural da Esquerda Democrática. Apud.: CARONE, Edgard. *A Terceira República: 1937 - 1945*. S.Paulo, Difel, 1982. p. 446

reconhecimento da importância dos procedimentos democráticos dentro dos processos políticos, tudo carreando para a criação de um estatuto de cidadão aplicável a todos os membros da comunidade.

Vive-se hoje um tempo de crise. Pelo menos aparentemente todos parecem estar de acordo com a afirmação de que, neste início de milênio, uma época completa terminou. No passado ainda recente, alguma forma de socialismo era sempre proposta para intermediar a relação entre interesses econômicos e interesses humanitários. Mas o *socialismo morreu...*³⁷ e cogita-se até mesmo em atribuir ao termo apenas o seu devido valor de representação histórica, isto é, de apresentação de fenômenos e processos passados, fechados em seu tempo preciso. O mesmo que ocorreu, por exemplo, com a expressão *positivismo*, que hoje designa o pensamento de A. Comte e seus desdobramentos, já praticamente extintos ou completamente transfigurados. Ou como sugere J.J. Becker³⁸ em relação ao termo *comunismo*, isto é, usá-lo no sentido de um movimento restrito ao século XX. *Positivismo, socialismo, comunismo* - numa promiscuidade histórica indiscriminada - entre tantos outros termos, representariam não mais de uma “história quente”, teriam perdido sua capacidade de provocar polêmica enquanto projetos ideológicos.

Resta saber se juntamente com os socialismos foi sepultada a possibilidade de uma concepção de valor universal relativo a princípios e direitos de justiça, compartilhados não apenas entre cidadãos de um Estado, mas entre as diversas nações. Em contrapartida, se essas noções ainda apresentam

³⁷ Certamente seria mais preciso afirmar que um socialismo morreu e que formas socialistas de pensar e organizar as sociedades se mantêm produtivas e eficientes, como acima ficou dito; Domenico Settembrini, em *C'è un futuro per il socialismo? E quale?* (Roma-Bari, Laterza, 1996, p. 130), observou que houve vantagens na morte de algumas formas de socialismo, pois obrigou a aceitação “consciente e sem fingimentos da realidade: isto é, tornou evidente que está acabado para todos, ou deveria estar, o tempo da política que ambiciona colocar-se no lugar da fé religiosa”.

³⁸ “Marxismo e comunismo na história recente”, In: CHAUVEAU, A. TÉTARD, Ph. (orgs.) *Questões para a história do presente*. Bauru, Edusc, 1999, p. 61 a 72.

alguma capacidade de exprimir interesses sociais, a teoria política contemporânea poderá valer-se da história – e de reflexões apresentadas pelos documentos analisados pelo presente artigo - e conjecturar sobre a possibilidade de voltar atrás de forma a recuperar no republicanismo os princípios para uma oportunidade de intermediação perdida.

Assim, rememorar e refletir sobre as clássicas ideias republicanas e/ou socialistas pode ser útil em nosso tempo, marcado pela apatia política e pelo individualismo como padrão de valor para a razão e para a ação. Pois, como pensar a participação política se não em termos distribuição do poder? E, além disto, mas também por isto, como entender e agir sobre a relação entre interesse privado e interesse público numa sociedade de mercado composta por indivíduos perfeitamente egoísticos tal como atualmente parecemos experimentar? Deste modo, uma necessária atualização do velho lema revolucionário nos leva, hoje, a exclamar: republicanismo ou barbárie!

BIBLIOGRAFIA

- BELLAMY, R. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.
- BELLO, J. M. *História de República*. Rio: Cia. Ed. Nacional, 1940.
- BERNSTEIN, E. *Socialismo Evolucionário*. Rio: Jorge Zahar Ed., 1997. (Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia).
- CALIL, C.A. e MACHADO, M.T. (orgs) *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente*. S.Paulo: Brasiliense, 1986.
- CÂNDIDO, A. "Sérgio, o radical", in: *Sérgio Buarque de Holanda, Vida e Obra*. S.Paulo: Sec. da Cultura/USP, 1988.
- CARONE, Edgard. *A Terceira República: 1937 - 1945*. S.Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. S. Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHAUVEAU, A. TÉTARD, Ph. (orgs) *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. S. Paulo: Edusp, 1995.
- FRANCO, A. A. de M. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. S.Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- HECKER, A. *Socialismo sociável: a história da esquerda democrática em São Paulo*. S. Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
- HOBSBAWM, E. J. *The Age of revolution: Europe 1789-1848*. London: Wendenfeld and Nicolson, 1962.
- LUCA, T. R. de. "Direitos sociais no Brasil". In: PINSKI, J. e BASSANEZI, C. (orgs.). *História da cidadania*. S. Paulo: Contexto, 2003.

MATOS, M. I. Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacia para o café. Rio: Ed. 7Letras, 2002.

RUSS, J. *O Socialismo Utópico*. S.Paulo: M.Fontes, 1991.

SARTORI, G. *Democrazia: cosa è?* Milano: Rizzoli, 2006.

SETTEMBRINI, D. *C'è un futuro per il socialismo? E quale?*. Roma-Bari: Laterza, 1996.

SORIANO, R y PORRAS, A. (Selección, Tradición y estudio preliminar). *Artículos políticos de la 'Enciclopedia'. D. Diderot e J. Le R. d'Alambert*. Madrid: Editorial Tecnos, 1992.

VIEIRA, M.L.deM. Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem: Palesa, 1995.

O artigo reproduzido a seguir explora e aprofunda parte da temática tratada no texto anterior, e o faz no sentido de esquadrihar as origens do pensamento democrático desenvolvido por intelectuais italianos em São Paulo, em torno das propostas ditas socialistas reformistas. Também este trabalho será inserido no livro final que pretende reunir e condensar os resultados obtidos por este Projeto.

A REJEIÇÃO ÀS ORIGENS DANNUNZIANAS DO FASCISMO E A SENSIBILIDADE SOCIALISTA COMO LEGADO.

O fascismo, nos anos 20 do século passado, na cidade de São Paulo, marcada pela presença de centenas de instituições representativas dos imigrantes italianos, constituiu-se numa verdadeira cultura política empedernida. Por razões de adesão nacionalista a uma ideologia simplificadora ou por motivos atados ao nível da vida privada, uma variedade de tipos sociais, que ia dos empresários bem sucedidos aos militantes sindicais mais radicais, apresentaram simpatias para com o regime instalado por Mussolini, em 1922, na Itália.

Muito contribuiu para tanto o compartilhamento de uma verdadeira cultura política, entendida por um conjunto de normas, crenças e conhecimentos religando comportamentos sociais. Indivíduos no seio de suas sub-comunidades a fim de atribuir sentido a suas relações cotidianas de poder como donos de suas empresas, chefes de suas famílias ou simplesmente homens e mulheres procurando uma lógica relacional de valorização de seus papéis sociais, tornaram-se simpatizantes, ou militantes. Evidentemente muito dos valores nos quais se apoiavam para proceder de uma ou outra forma era produto de interações herdadas, trazidas de ancestrais convicções construídas pela participação em numerosos subgrupos culturais

regionais, sócio-profissionais ou religiosos. Neste processo de avaliação das circunstâncias para a ação política jogava um papel fundamental a interiorização de normas culturais formando uma espécie de “consciência coletiva” facilitadora da indução a modos de crer e participar da coletividade.

Qual a autonomia do sujeito político militante e de que forma ajustava suas funções de cidadão com o cálculo racional dos objetivos a atingir? Eis uma tarefa interpretativa capaz de suscitar variada controvérsia. De toda a forma, o estudo da atuação do grupo socialista, não revolucionário, presente em São Paulo, diante do crescimento da influência fascista, pode oferecer contribuições para pensar a questão.³⁹

O perigo metodológico a que se deve atentar é atribuir aos comentários uma linearidade na qual os problemas políticos de hoje apareçam como presentes em qualquer conjuntura histórica. Na mesma medida em que o passado explica o presente e lhe impõe significados, o olhar para trás carrega consigo toda uma série de conceitos e preconceitos contemporâneos não imediatamente reconhecíveis. Assim, determinadas interpretações atuais de acontecimentos históricos são alteradas, ou mesmo comprometidas em sua avaliação, pelos sucessos posteriores. Tal ocorre muito comumente com diversas situações experimentadas na primeira metade do século XX, e isto se deve, em boa parte, aos espasmos políticos agudos vividos pelas sociedades ocidentais naquele conturbado período.

As relações entre fascismo e socialismos são um desses campos férteis para diversas confusões interpretativas⁴⁰ A questão primordial é que houve de fato um terreno comum entre esses processos ideológicos e na história da militância muitos foram os personagens que atuaram nestas duas diferentes frentes. No que diz respeito ao Brasil, o professor Antônio Cândido, em seu livro *Teresina etc.*⁴¹ explicou de maneira definitiva o que passava pela cabeça dos mais radicais e exigentes entre os socialistas que atuaram em São Paulo nas primeiras décadas do século passado. Ele observou que os Sindicalistas Revolucionários - um grupo de socialistas, principalmente italianos, que manteve uma relativa proximidade com os partidos socialistas de vizinhança política, mas era adepto da “ação direta”, na qual os sindicatos teriam papel mais importante do que os partidos na promoção das mudanças na

³⁹ este artigo pretende participar de uma discussão sobre a qual existe uma importante bibliografia consolidada, trazendo novas informações colhidas nos periódicos italianos e ítalo-brasileiros do período e em documentação coletada em prontuários da polícia política (DEOPS, SP).

⁴⁰ O livro *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX*, de F. Furet (S. Paulo, Siciliano, 1995) é um excelente exemplo disto, ainda mais que apresenta a questão tão brilhante quanto polemicamente. Entretanto, não é este o lugar para sua análise.

⁴¹ Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 80

sociedade – “eram sequiosos de ação, amigos da violência, desconfiados do reformismo quase liberal”. Desta maneira, os Sindicalistas Revolucionários pareciam estar mais afeitos ao canto das sereias do populismo fascista. Pode-se supor, continua o professor, “que foi talvez porque professavam um socialismo ativo e exigente que muitos, paradoxalmente, embarcaram na canoa sinistra” do fascismo.

Entretanto, o outro lado necessário do entendimento dessas perspicazes observações nos leva a imaginar o quanto a adesão ao fascismo desses militantes – ainda que apenas nos anos iniciais do regime, para alguns - contribuiu para torná-lo mais palatável ao gosto dos não iniciados nas lides políticas. Isto é, a massa popular carente de uma explicação fácil e radical para os intrincados meandros da vida política nos Estados modernos exigia a presença de ícones do pensamento e parte da militância radical encenou galhardamente o papel. Depois, quando mais tarde se arrependeram ou desistiram, e pularam fora da “canoa sinistra”, o estrago já estava feito. Tal nos parece ter sido o papel político desempenhado pela influência do poeta-militante Gabrielle D’Annunzio nas suas relações com o fascismo, que adiante analisaremos.

Luisa Passerini, num trabalho historiográfico modelar no sentido de avaliar a subjetividade dos operários de Turim e seu relacionamento com o fascismo, demonstrou que mesmo pessoas indiscutivelmente antifascistas, ao se recordarem daqueles tempos, parecem tocadas pelo quê de esperança e crença aqueles líderes autoritários depositavam em suas ações. A fim de esclarecer a permanência de aspectos positivos do fascismo, a autora dá voz a uma senhora de nome Lina Villata, que até mesmo perdera um filho executado pela repressão fascista aos “partigiani”:

“O Duce era o Duce – ele fez o seu trabalho, acreditava, tinha esperanças... Me desculpe dizer, se ele não se aliasse com o Fuhrer nós talvez estivéssemos de uma outra forma – este é o meu parecer, embora eu nem esteja à altura...”⁴². Os que não se achavam à altura, certamente, espelharam seus sentimentos e ideias nos líderes aos quais atribuíam capacidade de discernimento político. E, no campo da luta contra as injustiças sociais e políticas, os socialistas mais radicais eram os campeões deste espetáculo simbólico. “O exemplo é a melhor escola”, dizia um adágio muito popular na época.

Se aquele modelo comportamental serviu para o fascismo angariar adeptos na Itália, pode-se conjecturar sobre sua ainda maior eficácia nas regiões de imigração. Como se sabe, o período de maior afluência de imigrantes italianos para o Brasil correspondeu, não

⁴² PASSERINI, L- *Torino operaia e fascismo: una storia orale*. Roa-Bari, Laterza, 1984. p. 134

aleatoriamente, com o movimento de unificação da Itália, o que significou que boa parte dos italianos vindos para cá formaram sua identidade nacional “longe de casa”. Na relação com a sociedade brasileira, e de certa forma em oposição a ela, costuraram suas diferenças de todos os tipos, justamente encontrando uma etiologia agregadora para sujeitos históricos tão diversos entre si como empresários arrivistas ou não, trabalhadores, camponeses, mulheres laboriosas ou senhoras afetadas. Isto pra não lembrar talvez a mais evidente das razões para o fracionamento nacional italiano, a de cunho regional, que tornava um calabrés tão estranho a um genovês quanto a um estrangeiro.⁴³ Por estas razões o componente aventureiro presente em cada biografia de imigrado acabou por se tornar mais eloqüente e atrair a atenção para heróis de plantão, bufos ou trágicos, mas sempre empreendedores de façanhas ou episódios modelares.

Política como aventura.

Arquétipos de melíflua grandeza política parecem ter marcado fortemente a adesão tácita de massas ao fascismo. Nesse sentido, uma aventura quixotesca como a que Gabrielle D’Annunzio perpetrou pouco antes da ascensão do regime ao governo da Itália – aventura esta muito alardeada também na São Paulo do imediato pós primeira Grande Guerra⁴⁴ - pode ter aplainado o caminho dos arbitrários camisas negras.

D’Annunzio, romancista e poeta ultranacionalista, associado a diversos assessores advindos das lides socialistas protagonizou, na Itália, uma peripécia típica do ascendente radicalismo do período, de cuja seara o fascismo colheu seus mais eficientes frutos. Pelo Tratado de Londres, ao fim da primeira Grande Guerra, a cidade de Fiume, localizada na atual região do Friuli-Venezia Giulia, deveria ser entregue à Croácia enquanto o governo italiano da época e a dita opinião pública nacional reclamavam a sua manutenção como domínio do Estado. D’Annunzio que havia tomado parte ativa como aviador durante a guerra, e tornara-se um dos incentivadores da participação da Itália no conflito, em oposição à maioria do Partido Socialista Italiano que se manteve neutra, decidiu ocupar a cidade e garantir sua anexação ao país. Entretanto, este seu governo antecipava-se às tratativas diplomáticas e criava uma

⁴³ sobre a questão, ver TRENTO, A. “Miséria e speranza: l’emigrazione italiana in Brasile: 1887-1902. In DEL ROIO, J.L. (a cura di). *Lavoratori in Brasile*. Milano: Franco Angeli, 1981.

⁴⁴ Ver TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes em S. Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Este é um trabalho pioneiro na análise profunda do Sindicalismo Revolucionário no Brasil.

situação ambígua pela qual ao mesmo tempo em que realizava um objetivo diplomático do Estado italiano também o desautorizava, pois se sobrepunha à sua autoridade.

A expedição iniciou-se em 12 de Setembro de 1919, com a participação de uma coluna de milhares de homens, sobretudo soldados desmobilizados e desocupados, que haviam desertado, mas permaneciam armados proporcionando assim os necessários meios para ação. A estes se foram incorporando novos voluntários trazendo consigo embarcações, armas e até mesmo aviões.

D'Annunzio cercou-se de intelectuais e militantes socialistas, entre os quais o de maior proeminência foi seu chefe de gabinete em Fiume, Alceste de Ambris, o líder sindicalista revolucionário que estivera por duas vezes no Brasil e participara aqui da fundação de uma sucursal do jornal do PSI, o "Avanti!", em 1900, e de um Partido Socialista Brasileiro, dois anos depois. De Ambris, que vira na ocasião da tomada de Fiume a oportunidade de fazer suas propostas sindicalistas revolucionárias vingarem, foi o autor da Constituição de caráter corporativo do novo governo: a Carta do Quarnaro.⁴⁵

Sobre este documento de leitura ambígua, no qual se podem encontrar elementos proto-fascistas, o historiador liberal democrático italiano Giovanni Spadolini, escrevendo pouco após a superação do fascismo na Itália, observou que se tratava

“da primeira tradução em forma política... de um conceito básico do sindicalismo: a substituição do ‘cidadão’, como entidade amorfa e indiferenciada, característica da sociedade democrática, pelo ‘produtor’, como entidade concreta e claramente diferenciada... É também claro como a Carta do Quarnaro foi a primeira tentativa audaciosa de reduzir os poderes absorvedores do Estado, de acordo com a visão autonomista e desconcentradora do sindicalismo, ao atribuir às corporações e às comunas a faculdade de regular soberanamente a própria vida. Enfim, é claro como a Carta do Quarnaro prefigurou muitas das concepções que posteriormente tornaram-se próprias do fascismo; mesmo se neste sentido não se possa confundir, nem muito menos identificar, dannunzianismo com fascismo...”⁴⁶

Entretanto, é certo que funcionaram como prefigurações fascistas as camisas negras dos invasores de Fiume, camisas que levavam o desenho uma caveira com os fêmures cruzados como decoração, numa alusão macabra à violência purgadora, a qual pregavam para resolver os problemas políticos do tempo. Compareciam em seus comícios demonstrações de

⁴⁵ Quarnaro em referência ao nome do rio que banha a cidade. A palavra italiana "fiume" significa "rio", em português, conotando também a importância da geografia para a política em questão. De Ambris nunca renegou o projeto contido neste documento, embora se tenha distanciado do "ambiente" que levou o fascismo ao poder.

⁴⁶ *Lotta Sociale in Italia*. Firenze, Stabilimenti Grafici Vallecchi, 1948. p. 186.

uma coreografia afetada no modo de se expressar, que abusava de gestos pomposos e rebuscados: saudavam-se com os braços levantados à maneira romana; juravam lealdade ao “comandante”, e a ele respondiam com cantos e gritos ritmados que seriam mais tarde adotados pelas hordas fascistas; seu lema, vociferado publicamente rezava “Itália ou morte!”.

O *comandante*⁴⁷ D’Annunzio para justificar sua empreitada clamava por motivos históricos eivados de uma simbologia moral arrogante e grandiloquente que indicou o caminho ao fascismo:

“Fiume é hoje um exemplo para a Itália: é a honra de nossa consciência, a honra de nossa consciência latina que ao longo dos séculos criou por si só e continua criando homens verdadeiramente livres... Estamos aqui, sós, contra um monstro ameaçador e insaciável. Estamos sós contra o mundo enlouquecido e vil... Estamos aqui, sós, contra o imenso poder estabelecido e mantido por ladrões, usurários e falsários...”⁴⁸.

D’Annunzio apregoava uma nova cruzada, aquela das nações pobres e exploradas, a de todos os homens pobres e livres contra as “nações usurpadoras”. Seus ardentes seguidores esperavam que a ação em Fiume fosse o início de um ataque geral ao governo e que D’Annunzio os levaria a tomar de assalto a capital Roma.

D’Annunzio permaneceu 16 meses no Fiume tendo a aventura fracassado redondamente. Em novembro de 1920, a Áustria e a Iugoslávia assinaram um tratado de paz tornando Fiume uma cidade independente e o Estado italiano ordenou a sua evacuação.⁴⁹ Como o *Comandante* negou-se a acatar as ordens, e chegou mesmo a emitir uma declaração de guerra contra o governo,⁵⁰ foi determinado o cerco da cidade e o início de um bombardeio. Diz a lenda que D’Annunzio restou ferido por uma saraivada de tiros desfechada de um navio de guerra atracado ao largo da cidade, tendo sido então obrigado a mudar de opinião e a reconhecer o insucesso militar. Retirou-se, assim, diretamente para a vida privada.

⁴⁷ Foi um sindicalista revolucionário de proa, Filippo Corridoni, que denominou Mussolini pela primeira vez *Duce*, que literalmente significa condutor ou comandante. D’Annunzio preferia o qualificativo especial de *Comandante*.

⁴⁸ COSELSCHI, E. “La marcia di Ronchi”, em *Il Decennale* (editado por Oddone Fantini, Florença, 1929). APUD CARSTEN, F. *La ascención del fascismo*. Barcelona, Editorial Seix Barral, 1971. p. 67

⁴⁹ A partir daí e após prolongadas tratativas, em 1923, a cidade de Fiume foi unida à Itália e o seu território rural à Iugoslávia.

⁵⁰ Mussolini e os fasci proclamaram sua solidariedade com os revoltosos. Por meio do *Il popolo de Italia* os fascistas sugeriram que como desforra fossem promovidos enforcamentos de alguns comerciantes “exploradores do povo italiano” nos postes de luz das principais cidades do país. CARSTEN, F. op. cit. p. 68

Tal ensaio geral para o fascismo não passou despercebido a um solerte brasileiro, comentarista da vida política, pública e privada, dos burlescos *condottiere* que a história italiana então se aferrava em produzir: este foi Lima Barreto.⁵¹

“Parece – observou em cima dos acontecimentos o nosso atento crítico - que afinal acabou a aventura do senhor Gabriel D’Annunzio, em Fiume. Desta guerra em que se misturaram, por fim, tantas coisas trágicas com tantas burlescas, nada mais curioso do que as atitudes de grande espetáculo que o senhor Gabriel... tomou ultimamente”.

Avaliando que, para o poeta-guerreiro, a “vida humana não passa de brinquedo”, Lima Barreto deu a seus leitores uma completa análise dos perigos contidos naquelas bravatas, que estariam mais bem dispostas no “palco de uma grande casa de ópera lírica”.

A intenção de Lima Barreto, por meio de um texto tão leve quanto profundamente crítico, no qual o *Comandante* aparecia como um moderno político bufão, era deixar patente o perigo de tirania por trás do que chamou de “lirismo encarcerador”. E ainda, num tom de advertência contra a recorrência de propostas inovadoras, chamava à atenção para o parâmetro de solidariedade humana que deveria guiar os comportamentos em épocas tão conturbadas:

“Não há na atitude que o senhor D’Annunzio tomou... nada de grande, de fundamentalmente humano... É um gesto de letrado exacerbado por intensa e doentia vaidade pessoal, para quem a vida dos homens vale pouco... Nós, os vulgares homens de hoje, não podemos crer nesses moloques embelezados por um sonoro palavreado...”

Banalização da violência

Além de tomar conhecimento da violência simbólica representada pela aventura dannunziana, os italianos de São Paulo eram espectadores genéricos do acirramento das ideias políticas característico do período imediatamente posterior ao término da primeira Grande Guerra. Naqueles tempos, a violência banalizava-se como proposta de ação política e, aos fascistas como a alguns socialistas e a todos os comunistas, ocorria propor uma tomada violenta do poder nos Estados. De forma ideológica todos estes se digladiavam na disputa dos corações e mentes de operários e camponeses, mas quanto à metodologia, para oferecer-lhes uma possível redenção dos problemas de carestia e contenção, não havia disputa: todos concordavam com a violência insurrecional. À direita e à esquerda ofereciam-se ocasiões para

⁵¹ Crônica denominada “D’Annunzio e Lenine”, publicada em A.B.C., em 08.01.1921, no Rio de Janeiro, e incluída no volume *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956

exercícios de belicismo. À última, apresentavam-se as ideias da vitoriosa Revolução Russa que se alastravam pelo mundo capitalista como rastilho aceso.

Entretanto nem todos os socialistas aderiram a essas empreitadas. Os socialistas reformistas de São Paulo manifestaram sua oposição decidida ao autoritarismo e à violência presentes na Revolução Russa. Antonio Piccarolo⁵², em nome do grupo, acusou logo no início de 1918 as “loucuras”⁵³ que ocorriam na Rússia. Da mesma forma, ou ainda mais direta e inequivocamente os socialistas de São Paulo procuraram denunciar as primeiras manifestações da cultura política fascista na Itália.

É bem verdade que o antifascismo dos militantes italianos radicados em São Paulo, durante a década de 1920, continha uma proposta moderada de conquista da democracia nas relações de trabalho e por isso mesmo ao criticar o fascismo buscou privilegiar uma explicação moral para o terremoto que tomou conta da Itália. Inicialmente acreditavam que as instituições liberais impediriam a ascensão do fascismo, imaginando que qualquer revolução seria impossível naquelas plagas. Tanto foi assim sua expectativa numa evolução nos moldes de um progresso linear que não souberam explicar o fenômeno quando da sua ocorrência. Debitaram ao acaso o sucesso da Marcha sobre Roma liderada por Mussolini, em 28 de outubro de 1922:

"[na Itália) depois das inevitáveis desordens do pós-guerra, as coisas andavam se acalmando por lei natural, como ocorre com a água após a tempestade, e o país logo retornaria a serenidade ... o déficit financeiro ... em 1922 descia para menos de cinco bilhões; a agricultura, a indústria, o comércio retomavam o seu curso normal. Tudo fazia prever uma próxima e completa reorganização, quando intervieram os homens da desordem... da reação. Estes, com uma revolução bufa, com uma marcha ainda mais bufa sobre Roma, apropriaram-se do poder, erigiram a violência a sistema de governo." ⁵⁴

Piccarolo e seus companheiros censuravam no fascismo exatamente aquelas características que fugiam ao âmbito do método liberal de governo, de modo a deixar evidente que suas críticas continham menos teor socialista específico do que o caráter moderado do reformismo. Assim, feria a estes não-radicais sobretudo a violência dos fasci, a tendência do Duce em absorver muitos poderes, o desrespeito pela constituição do Estado. Respondendo ao

⁵² entre outras citados à nota 2, ver também HECKER, Alexandre. *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. S.Paulo, TA Queirós, 1989. Ver prontuário DEOPS nº 1046 e ACS-CPC Piccarolo Antonio (contendo documentos da Questura di Alessandria)

⁵³ La Rivista Coloniale, São Paulo, 31.03.1918

⁵⁴ *Il Risorgimento*, São Paulo, 16/5/1928

discurso proferido por Mussolini diante do parlamento italiano ao ser empossado como primeiro ministro, os socialistas de São Paulo observaram que:

"o discurso de Mussolini foi... um verdadeiro golpe de Estado... Com aquele ato, o deputado Mussolini suprimia a constituição, pois se sobrepunha a ela. Não abolia o parlamento porque não achava necessário... e os poltrões (como o próprio Mussolini chama os deputados) ... renunciavam aos seus mandatos, as suas prerrogativas ... faziam humilhantes homenagens ao ditador, concedendo-lhe plenos poderes ... Compreendo perfeitamente a ditadura em um estado de guerra. Eu a teria compreendido se legalmente proclamada em 1919, quando os bolcheviques, ocupando as fabricas, ameaçavam a ordem do país. Mas não agora, depois que os bolcheviques foram completamente dispersados e os poucos comunistas remanescentes pensam apenas em manter-se vivos, ou se contentam em ir a Moscou fazer votos para que daqui a cinco anos todo mundo seja bolchevista! Hoje, francamente, a ditadura não tem qualquer sombra de justificação."⁵⁵

Tal como as raízes dannunzianas levavam a perceber, foi parte integrante do *modus faciendi* fascista a adoção de uma desenfreada demagogia, apoiada em métodos publicitários de provada eficácia. Tendo atraído para suas fileiras uma significativa massa populacional, o fascismo diferenciava-se dos regimes autoritários e conservadores clássicos, pois propunha algo de novo que aparecia como revolução. Esse caráter plebeu e rebelde, revolucionário – num momento em que a situação italiana estava ainda potencialmente aberta a outras saídas que não àquela da transformação do governo Mussolini em regime fascista - constituiu-se em elemento essencial para se entender a primeira oposição dos antifascistas que tinham em Piccarolo a sua liderança.

Entre bolchevismo e fascismo

A possibilidade de que o fascismo viesse a se constituir numa continuidade revolucionária do comunismo foi aventada pelo antifascismo em São Paulo, e colocou os socialistas reformistas na decisiva oposição. O seu combate antifascista foi claramente seqüência do perigo que anteriormente tinham enunciado em relação à bolchevização da Itália e de suas “colônias”. Para os socialistas em questão, numa análise que de certa forma apontava para uma vertente crítica que somente mais tarde conquistaria respeito intelectual entre as esquerdas internacionais, esses regimes – tanto o comunismo como o fascismo - significavam uma "vitória da violência sobre a razão". Não se tratava somente de estabelecer

⁵⁵ *La Rivista Coloniale*, São Paulo, nov-dez/1922

analogias, "mas de uma verdadeira e própria identidade", como afirmou Piccarolo em seu jornal, publicado em São Paulo, denominado *La Difesa: organo settimanale degli uomini liberi*.⁵⁶

Na verdade, os socialistas reconheciam nos líderes fascistas os mesmos homens que no biênio-vermelho dirigiram o proletariado, apresentando um conhecimento preciso da convivência entre socialistas radicais e os primeiros fascistas, como acima foi apontado. Em maio de 1923, Ottavio Dinale esteve em São Paulo, enviado pelo regime fascista para promover a ampliação da seção local do fascio italiano, recém-inaugurada. Piccarolo, através do órgão de congregação dos antifascistas, criticou o seu revolucionarismo:

"o sr. Dinale ... foi por muitos anos socialista revolucionário, intransigente, diante do qual Turati, Prampolini, Treves eram ... reacionários. Mais tarde transformou-se em sindicalista e foi um dos que nas planícies baixas paduanas organizou greves e greves, sempre dando a estas greves um direcionamento essencialmente revolucionário, ensinando que somente com a ação direta, isto é, com a violência, e que se chega a obter algo. Foi sob a direção do sr. Dinale e companheiros seus que se iniciou o sistema de sabotagem no campo, que se caçaram animais nos estábulos ... que se destruíram os cereais maduros e prontos para colheita."⁵⁷

No contato com autoridades ou intelectuais brasileiros, o ideólogo socialista-reformista também procurou demonstrar aquela identidade. Em 1925, visando corrigir a afirmação feita pelo senador paulista Salles Junior, que representava o Brasil numa conferência inter-parlamentar ocorrida na Itália, segundo o qual fascismo e comunismo eram contrários, Piccarolo observava: "Não é assim, ilustre doutor... na realidade os dois grupos que apresentam maiores afinidades na Itália são os fascistas e os comunistas, não sendo raro o caso de se poder ler nos jornais fascistas calorosos elogios ao partido comunista e à sua conduta."⁵⁸ Posteriormente, fazendo confusão entre os Sindicalistas Revolucionários e os comunistas, num período em que essas posições ideológicas apresentavam-se aparentemente confusas, especificava a correlação estendendo-a a boa parte dos aliados de Mussolini: "Em 1919, os atuais dirigentes do fascismo formavam a vanguarda do bolchevismo."⁵⁹

⁵⁶ 14/3/1926. *La Difesa*, São Paulo, foi o único jornal antifascista que no Brasil desfrutou de uma importante continuidade.

⁵⁷ *Id.*, 02.06.1923. A análise do fascismo como uma corruptela do comunismo também foi apresentada e defendida em termos didáticos por Piccarolo em *Iniciação à economia social*. São Paulo, Livraria Editora Record, 1936, p.252 a 255.

⁵⁸ *Id.*, 13/9/1925. Quando Azevedo Amaral afirmou que fascismo e comunismo eram semelhantes, *La Difesa* solidarizou-se com ele (*id.*, 14/3/1926).

⁵⁹ *Id.*, 24/10/1926. Na edição de *La Difesa* de 18/11/1925, o vice-comissário de imigração que visitava o Brasil, o comendador Mastromattei, é denominado bolchefascista.

No que concerne à análise da correlação entre bolchevismo e fascismo, os socialistas-reformistas enfatizavam o método em detrimento do conteúdo, a fim de que a morfologia do Estado liberal-democrático fosse ressaltada como elemento oposto aqueles dois sistemas.

Além da questão internacional que premia os socialistas para o levantamento de conjecturas sobre a sugerida promiscuidade entre comunismo e fascismo, havia razões locais que os pressionavam para denunciar as mazelas do autoritarismo que se instalava no poder na Itália. É que aqui, sobretudo em São Paulo, todas as instituições da “colônia” começavam a cair nas mãos dos adeptos de Mussolini. Uma a uma, no correr da década de 20, as entidades italianas públicas ou privadas restaram envolvidas. Fosse por ação institucional oficial, via consulados ou criação de fasci locais; fosse pela adesão de antigas associações fundadas para congregar imigrantes; fosse pela ação de jornalistas, diretamente financiados por dinheiro vindo do exterior, ou sinceramente convictos da “revolução” fascista e reprodutores do programa de propaganda imperial enviado da Itália, enfim, quase unanimemente os italianos do Brasil pareciam tornar-se fascistas.

Era preciso reagir veementemente e denunciar a política hipócrita do fascismo, que cortejava os trabalhadores “fomentando a revolta”, mas em seguida colocava-se “a serviço dos grandes capitalistas” promovendo uma caça aos radicais, seus antigos aliados. Na Itália, o fascismo pusera-se à “disposição de um imoral grupo de novos ricos... que havia explorado a grande catástrofe em benefício próprio.”⁶⁰

Com acuidade, os socialistas reformistas de São Paulo além de procurarem desvendar o caráter de classe do fascismo - isto é sua ligação com interesses burgueses mais exploradores - definiam o seu sucesso por meio do uso demagógico do nacionalismo e alertavam para o belicismo como caráter intrínseco do movimento: “Ao invés de dizer que quer a guerra, seria, talvez, melhor dizer: [o fascismo] têm necessidade da guerra... [para] sufocar a revolta interna... [e] encontrar um desvio para o exterior... [inoculando na população] um imperialismo absurdo e... um patriotismo que não é senão o interesse dos dominantes e dos privilegiados.”⁶¹

Todo o esforço para desmascarar o fascismo seria em vão caso os socialistas de São Paulo não conseguissem reunir todas as forças contrárias àquelas ações arbitrárias. Assim pensavam as lideranças reunidas no *La Difesa*, e por isso exortavam, no manifesto-programa publicado no primeiro número daquele jornal, os antifascistas a se reunirem, a superarem as diferenças construídas nas décadas de história no Brasil, a passarem “uma esponja no

⁶⁰ *Il Risorgimento*, 16.09.1928

⁶¹ *Id.*, 01.02.1928.

passado". O objetivo comum dos grupos de esquerda, a manutenção do Estado de direito como reduto último da ação política viável, deveria prevalecer, pois

"toda a divisão, toda a luta que não seja esta, unida, significaria um delito... Impeçamos que a seita nefasta venha a contaminar a nossa colônia... É chegado o momento no qual todos os homens livres e amantes da liberdade devem enlaçar-se num único feixe e unir os seus esforços para defender aquele patrimônio de liberdade que nossos pais souberam conquistar através de séculos de lutas, sacrifícios e martírios. A Itália, nossa querida pátria, a doce terra que viu nascer o país de mais antiga tradição de liberdade, a mãe do direito e da civilização, a mestra do mundo moderno, foi lançada nas trevas da Idade Média, e uma seita de energúmenos ameaça transformar numa ruína todas as conquistas e todas as instituições liberais que honram o país."⁶²

Do ponto de vista dos socialistas reformistas, seria necessária uma ampla aliança entre intelectuais e militantes de diferentes correntes políticas, que congregasse além deles mesmos, os republicanos, os sindicalistas revolucionários, os anarquistas, e ainda forças políticas brasileiras. Duas questões se interpunham para conquista deste objetivo.

Em primeiro lugar, a relação com os nacionais mostrava-se ainda prematura. João Fábio Bertonha explica, em *Sob a sombra de Mussolini*,⁶³ que

nos anos 20, de fato, a busca de alianças pelos antifascistas italianos esbarrava na falta de interesses das esquerdas nacionais em combater realmente o fascismo. Nos anos 30 e especialmente no período pós-32, porém, com a criação do Integralismo, a questão do fascismo passou para o primeiro plano no rol de prioridades da esquerda brasileira, o que se tornou fator de revitalização de um antifascismo italiano que lutava para se afirmar...

Em segundo lugar, os socialistas reformistas não estavam dispostos a abrir mão do “seu caminho” político, da sua bandeira política, isto é a "educação cívica dos italianos" aqui radicados. Ou seja, um caminho tão moderado que não encontrou eco em outras agremiações de italianos de esquerda.

Foi da seguinte forma que o jornal *Il Risorgimento* situou a tarefa prática, digamos de “professores de política” que os reformistas pretendiam desenvolver junto à “colônia” paulista:

“(É necessária) uma obra de educação política e moral... o Risorgimento de hoje deve retomar o Risorgimento passado e ser a sua continuação... o povo não deve esperar a sua emancipação do alto, mas

⁶² *La Difesa*, 07.04.1923.

⁶³ op. cit. pp. 97 e 98

buscá-la em si mesmo, na própria consciência, na própria dignidade. Nos o ajudaremos nesta obra."⁶⁴

Para desenvolver esta "batalha sagrada" estes antifascistas de São Paulo viram-se obrigados a agir efetivamente sobre a "colônia" italiana, dando vida a uma serie de instituições. O primeiro passo após a criação do jornal acima identificado, constituíram, em fins de 1925, uma *Unione Democratica*. Como tarefas imediatas, a associação obrigava-se a dar representação política aos italianos que se consideravam prejudicados pela política oficial do seu Estado e por seus representantes consulares, além de oferecer proteção, através de um Comitê de Defesa Cotidiana, contra os ultrajes consignados pelo "fascio" local, que representava o Partido Nacional Fascista.⁶⁵

Invasão militar italiana no Brasil

O perigo denunciado pelos socialistas reformistas apresentava-se pelo extravasamento do fascismo para além da "colônia", envolvendo interesses particularmente brasileiros e tomando proporções inimagináveis. Entretanto, os acontecimentos indicavam a procedência das preocupações. Em 25 de setembro de 1928, estudantes de São Paulo empastelaram um jornal da "colônia" que havia aderido abertamente à avalanche fascista, *Il Piccolo*, depois de uma polêmica em que até mesmo a "dignidade da mulher brasileira" esteve em pauta. Isto é, o vice-cônsul italiano em São Paulo declarara, através das paginas daquele jornal, que, aqui, as mulheres estavam prestes a entregar-se a comportamentos lascivos e constituíam-se em presas fáceis para os galanteadores. Da polêmica tomou parte o sóbrio *O Estado de S.Paulo*, que não estabeleceu clara separação entre os diferentes veículos da "colônia" italiana, condenando-os todos. Dizia que "

esses jornais invertem constantemente os papeis. Eles não fazem cerimônia alguma em discutir nossas questões nacionais. Partem, porém, sempre do princípio de que não devemos atacar o que lhes parece bom, quando é feito por seus compatriotas... De fato, nosso empenho máximo é absorver os imigrantes, incorporando-os a nossa nação. Esses jornais estrangeiros se fundam, porém, precisamente para o contrário: para dificultar a sua incorporação, para mantê-los ligados a pátria de origem e separá-los de nós. Quando isto é feito só por um apelo a saudade e a tradição, embora ainda assim seja um trabalho contra nós, e admissível. Agora, porém, estamos assistindo a tentativa

⁶⁴ *Il Risorgimento*, 01.03.1928

⁶⁵ Sobre esta questão, como a respeito das vicissitudes do antifascismo em São Paulo, consultar BERTONHA, J.F. *Sob a sombra de Mussolini*. op. cit.

de jornais estrangeiros que vem 'organizar' as colônias estrangeiras para impedi-las de se incorporarem ao Brasil. E isto é de uma gravidade extrema."⁶⁶

Raciocínios como esses levavam os socialistas a insistir na diferenciação entre fascistas e antifascistas, e a iniciar uma verdadeira campanha de "conscientização" da opinião pública brasileira, inclusive apresentando seus argumentos na língua portuguesa, a fim de tornarem-se mais eficientes. A ideia central era provar que "a Itália e o fascismo não são a mesma coisa... e que milhões de italianos, os melhores, os mais cultos, os mais honestos, estão longe da terra natal... lutando para tornar a própria Pátria livre".

Mas esses socialistas que se autoavaliavam como os "melhores", tinham consciência de que apenas argumentos defensivos teriam pouca influência para a formação de uma opinião favorável ao antifascismo. Neste sentido, procuraram apresentar maiores e mais profundas consequências para os interesses nacionais, anunciando a possível ocorrência de tragédias iminentes para os brasileiros. De toda a forma, as conjecturas de *Il Risorgimento*, se forem levadas em consideração as ameaças que os fascistas divulgavam em seus veículos de comunicação, na Itália ou no exterior, não se constituíam em disparates:

"o fascismo procura através de uma exaltação artificiosa do espírito de nacionalidade... lançar a Itália numa aventura bélica... É o Império que se quer erigir. Quando? Como? Onde? Já está fixada até mesmo a data: 1935. Nessa época a Itália se encontraria em condições de desafiar o mundo." E para onde poderia dirigir-se este imperialismo, se "na bacia do Mediterrâneo é impossível", e se a "Ásia Menor esta muito povoada?" perguntava-se. E respondia imediatamente: "as esperanças do imperialismo itálico se voltarão para a América Latina."⁶⁷

Assim, indignados pelos "absurdos propostos pelo Duce" e pela "megalomania fascista", que afinal de contas obtinha sucesso setores importantes da "colônia", os antifascistas deram asas à imaginação e engendraram um esquema de possível invasão italiana no Brasil:

"Imaginemos um incidente ou uma série de incidentes provocados e ampliados; reação conseqüente do elemento nacional, devidamente atizada. Qualquer coisa semelhante aos tempos do Protocolo. A coletividade italiana, ameaçada e assustada, induzida instintivamente a reagrupar-se em torno das organizações que possam protegê-la, os 'fasci'; uma resistência armada da parte destes núcleos

⁶⁶ O *Estado de S. Paulo*, 04.010.1928, artigo assinado por Medeiros e Albuquerque.

⁶⁷) *Il Risorgimento*, 16.05.1928

militarizados, favorecida pela difusão em todo o país das suas atitudes militares e pela relativa escassez das forças armadas deste grande e pacífico país; conflitos, matanças, guerra civil. Em curto prazo uma formidável frota nas costas marítimas. Com uma hipótese semelhante tudo se explica: a substituição dos cônsules e dos embaixadores, a multiplicação dos 'fasci', o sistema de recrutamento, os espões nos organismos brasileiros, as absurdas despesas. o que falta para que isto se tome possível? A vontade e a capacidade moral? Oh! esta existe, ninguém duvida. A ocasião? Cria-se, prepara-se. Faltam apenas as armas. Mas, e se estivessem escondidas ou existissem futuramente? E preciso olhar bem por baixo do pelo do gato!"⁶⁸

A ameaça não se realizou porque a Itália de Mussolini não procurou, ou não encontrou, ocasião para incorporar nações sul-americanas. Entretanto, a análise antifascista prefigurou claramente a maneira de operação do fascismo e apontou o caminho de uma oposição veemente.

Os socialistas reformistas de São Paulo, atuantes naqueles conturbados anos 20 do século passado, deixaram um legado de sensibilidade interpretativa do poder. Afinal, ao denunciar a prática política dannunziana e a sua simbologia, que seria incorporada pelo fascismo, ou mesmo ao se opor ao projeto autoritário do bolchevismo e de outras correntes igualmente autoritárias de esquerda, coube a eles oferecer uma significativa contribuição para demarcar o terreno das ideias no qual a futura democracia brasileira poderia expandir-se. A sua insistência em denunciar e se opor a dissociação entre meios e fins, fosse qual fosse o projeto político em discussão, plantou sementes.

BIBLIOGRAFIA:

- CÂNDIDO, A. Teresina etc. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
CARSTEN, F. La ascención del fascismo. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1971.
COSELSCHI, E. "La marcia di Ronchi", em *Il Decennale* (editado por Oddone Fantini, Florença, 1929). APUD CARSTEN, F. La ascención del fascismo. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1971.
FURET, F. O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX. S. Paulo, Siciliano, 1995.
HECKER, A. Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo. S. Paulo, TA Queirós, 1989.
LIMA BARRETO, A .H. de. "D'Annunzio e Lenine", in: *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956.
PASSERINI, L. Torino operaia e fascismo: una storia orale. Roma-Bari: Laterza, 1984.
SETTEMBRINI, D. C'è un futuro per il socialismo? E quale? Milano: Laterza, 1996.
SPADOLINI, G. Lotta Sociale in Itália. Firenze: Stabilimenti Grafici Vallecchi, 1948.

⁶⁸) *Il Risorgimento*, 01.07.1928. O Estado de São Paulo já publicara artigo de A. Piccarolo, do mesmo teor, em 16.05.1928

TOLEDO, E. Travessias revolucionárias: ideias e militantes em S. Paulo e na Itália. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004

TRENTO, A. “Miséria e speranze: l’emigrazione italiana in Brasile: 1887-1902. In DEL ROIO, J.L. (a cura di). Lavoratori in Brasile. Milano: Franco Angeli, 1981.

TUCCI CARNEIRO, M. L. Tempos de fascismos. São Paulo: Edusp, 2010.